

Pedro Lenza

Mestre e Doutor pela USP.

Advogado e Professor.

*Visiting Scholar* pela Boston College Law School

# Direito Constitucional

# ESQUE MATI ZADO®

23ª edição

2019

saraiva 

# SUMÁRIO

<i>Uma Homenagem Especial</i> .....	5
<i>Mais uma Homenagem Especial</i> .....	7
<i>Uma Nova Homenagem Especial</i> .....	9
<i>Mais uma Nova Homenagem Especial</i> .....	11
<i>Agradecimentos</i> .....	15
<i>Nota do Autor à 23.ª Edição</i> .....	19
<i>Apresentação à 1.ª Edição</i> .....	23
<b>1. (NEO)CONSTITUCIONALISMO</b> .....	<b>61</b>
1.1. Alocação do Direito Constitucional .....	61
1.1.1. A classificação em “ramos do direito” .....	61
1.1.2. A superação da dicotomia “público-privado” — constitucionalização do direito privado .....	62
1.2. Constitucionalismo .....	64
1.2.1. Conceito .....	64
1.2.2. Evolução histórica .....	64
1.2.2.1. Constitucionalismo durante a Antiguidade .....	65
1.2.2.2. Constitucionalismo durante a Idade Média .....	65
1.2.2.3. Constitucionalismo durante a Idade Moderna .....	65
1.2.2.4. Constitucionalismo norte-americano .....	66
1.2.2.5. Constitucionalismo moderno (durante a Idade Contemporânea) .....	66
1.2.2.6. Constitucionalismo contemporâneo (durante a Idade Contemporânea) “antenido” com a ideia de “constitucionalismo globalizado” .....	67
1.2.2.7. Constitucionalismo do futuro: o que podemos esperar? .....	68
1.2.3. Esquematização do constitucionalismo .....	69
1.3. Neoconstitucionalismo .....	69
1.3.1. Aspectos iniciais .....	69
1.3.2. Pontos marcantes do neoconstitucionalismo .....	71
1.3.3. Marcos fundamentais para se chegar a um “novo direito constitucional” (neoconstitucionalismo) .....	72
1.4. O novo constitucionalismo democrático latino-americano. Constitucionalismo pluralista (andino ou indígena). Estado plurinacional e intercultural .....	75
1.5. Constitucionalismo e soberania popular .....	77
1.5.1. Aspectos gerais .....	77
1.6. Constitucionalismo popular (Tushnet) — “Judicial Review” — “Teorias do diálogo constitucional” (Bateup) e “Os papéis das Supremas Cortes e Tribunais Constitucionais nas democracias contemporâneas” (Barroso) .....	79
1.6.1. Constitucionalismo popular: perspectivas .....	79

1.6.2.	Supremacia judicial <i>versus</i> soberania judicial: a nossa posição no sentido do diálogo constitucional .....	80
1.6.3.	Reversão (superação) legislativa da jurisprudência da Corte: possibilidade de mutação constitucional pela via legislativa .....	81
1.6.4.	“Os papéis das Supremas Cortes e Tribunais Constitucionais nas democracias contemporâneas” (Luís Roberto Barroso) .....	83
1.7.	Constitucionalismo democrático e “backlash” (reação social em razão de decisão da Corte) .....	89
1.8.	Material digital exclusivo .....	92
<b>2.</b>	<b>CONSTITUIÇÃO: CONCEITO, CONSTITUCIONALIZAÇÃO SIMBÓLICA, CLASSIFICAÇÕES, ELEMENTOS E HISTÓRICO .....</b>	<b>93</b>
2.1.	Conceito .....	93
2.1.1.	Sentido sociológico .....	93
2.1.2.	Sentido político .....	93
2.1.3.	Sentido material e formal .....	94
2.1.4.	Sentido jurídico .....	95
2.1.5.	Sentido culturalista .....	97
2.1.6.	Constituição aberta .....	97
2.1.7.	Concepções da Constituição: qual o seu papel no ordenamento jurídico de um país? .....	98
2.1.7.1.	Constituição-lei .....	98
2.1.7.2.	Constituição-fundamento (Constituição-total) .....	98
2.1.7.3.	Constituição-moldura .....	99
2.1.7.4.	Constituição dúctil (Constituição maleável, suave) (“Costituzione mite” — Gustavo Zagrebelsky) .....	100
2.2.	<i>Crowdsourced constitution</i> : o legado da experiência pioneira da Islândia (2011) .....	101
2.3.	Constitucionalização simbólica .....	103
2.3.1.	Aspectos iniciais .....	103
2.3.2.	Legislação simbólica .....	104
2.3.2.1.	Confirmação de valores sociais .....	104
2.3.2.2.	Demonstração da capacidade de ação do Estado no tocante à solução dos problemas sociais (legislação-álibi) .....	105
2.3.2.3.	Adiamento da solução de conflitos sociais através de compromissos dilatórios .....	106
2.3.2.4.	Efeitos sociais latentes ou indiretos da legislação simbólica .....	106
2.3.3.	Constitucionalização simbólica .....	107
2.3.4.	Constitucionalização simbólica como alopoiese do sistema jurídico .....	107
2.3.5.	Neoconstitucionalismo, ativismo judicial e a concretização das normas constitucionais .....	109
2.4.	Classificação (tipologia) .....	109
2.4.1.	Quanto à origem e a distinção entre “Constituição” e “Carta” .....	109
2.4.2.	Quanto à forma .....	111
2.4.3.	Quanto à extensão .....	113
2.4.4.	Quanto ao conteúdo .....	114
2.4.5.	Quanto ao modo de elaboração .....	114
2.4.6.	Quanto à alterabilidade .....	115
2.4.7.	Quanto à sistemática (critério sistemático) .....	117
2.4.8.	Quanto à dogmática .....	118
2.4.9.	Quanto à correspondência com a realidade (critério ontológico — essência) .....	119

2.4.10. Quanto ao sistema .....	120
2.4.11. Quanto à função .....	120
2.4.12. Quanto à origem de sua decretação: heterônomas (heteroconstituições) x autônomas (“autoconstituições” ou “homoconstituições”).....	121
2.4.13. Constituições garantia, balanço e dirigente (Manoel Gonçalves Ferreira Filho)	122
2.4.14. Constituições liberais (negativas) e sociais (dirigentes) — conteúdo ideológico das Constituições (André Ramos Tavares) .....	122
2.4.15. Raul Machado Horta (Constituições expansivas) .....	123
2.4.16. A Constituição Federal brasileira de 1988 .....	124
2.5. Elementos das Constituições .....	125
2.6. Histórico das Constituições brasileiras .....	126
2.6.1. Constituição de 1824 .....	126
2.6.2. Decreto n. 1, de 15.11.1889 — primeiro Governo Provisório da República .....	131
2.6.3. Constituição de 1891 .....	131
2.6.4. A Revolução de 1930 — segundo Governo Provisório da República .....	136
2.6.5. Constituição de 1934 .....	137
2.6.6. Constituição de 1937 .....	140
2.6.7. Constituição de 1946 .....	144
2.6.8. Golpe Militar de 1964 .....	147
2.6.9. Constituição de 1967 .....	148
2.6.10. “Constituição” de 1969 — EC n. 1, de 17.10.1969 .....	150
2.6.11. Constituição de 1988 .....	155
2.7. Material digital exclusivo .....	159
<b>3. HERMENÊUTICA: MUTAÇÃO X REFORMA. REGRAS X PRINCÍPIOS. “DERROTABILIDADE”. POSTULADOS NORMATIVOS. CRIAÇÃO JUDICIAL DO DIREITO. ESTRUTURA DA CONSTITUIÇÃO.....</b>	<b>161</b>
3.1. Mutações constitucionais <i>versus</i> reformas constitucionais.....	161
3.2. Regras e princípios .....	165
3.3. Derrotabilidade ( <i>defeasibility</i> ) .....	169
3.4. Normas de segundo grau: postulados normativos.....	173
3.5. Métodos de interpretação .....	173
3.5.1. Método jurídico ou hermenêutico clássico .....	174
3.5.2. Método tópico-problemático (ou método da tópica).....	174
3.5.3. Método hermenêutico-concretizador.....	174
3.5.4. Método científico-espiritual.....	175
3.5.5. Método normativo-estruturante .....	175
3.5.6. Método da comparação constitucional.....	175
3.6. Princípios da interpretação constitucional .....	175
3.6.1. Princípio da unidade da Constituição .....	176
3.6.2. Princípio do efeito integrador.....	176
3.6.3. Princípio da máxima efetividade .....	177
3.6.4. Princípio da justeza ou da conformidade (exatidão ou correção) funcional.....	177
3.6.5. Princípio da concordância prática ou harmonização.....	177
3.6.6. Princípio da força normativa.....	178
3.6.7. Princípio da interpretação conforme a Constituição .....	178
3.6.8. Princípio da proporcionalidade ou razoabilidade.....	179
3.7. Limites da interpretação constitucional .....	180

3.7.1.	Decisões interpretativas em sentido estrito.....	181
3.7.1.1.	Sentença interpretativa de rechaço .....	181
3.7.1.2.	Sentença interpretativa de aceitação .....	182
3.7.2.	Decisões manipuladoras (ou manipulativas) (ou normativas).....	182
3.7.2.1.	Sentenças aditivas (ou sentenças manipulativas de efeito aditivo). Declaração de inconstitucionalidade com efeito acumulativo ou aditivo .	182
3.7.2.2.	Sentenças substitutivas (declaração de inconstitucionalidade com efeito substitutivo) .....	186
3.7.3.	Lacuna constitucional e o “pensamento jurídico do possível” na jurisprudência do STF .....	187
3.7.4.	Críticas ao “pamprincipiologismo” (Streck) e a realidade de uma inegável “Supremocracia” .....	189
3.7.5.	Desacordo moral razoável.....	191
3.8.	Teoria dos poderes implícitos.....	192
3.9.	Hermenêutica constitucional: a sociedade aberta dos intérpretes da Constituição: contribuição para a interpretação pluralista e “procedimental” da Constituição .....	193
3.10.	Estrutura da Constituição .....	195
3.10.1.	Preâmbulo.....	195
3.10.1.1.	Esquematização .....	195
3.10.1.2.	Qual a natureza jurídica do preâmbulo? Tem ele relevância jurídica?	196
3.10.1.3.	A invocação de Deus no preâmbulo da Constituição Federal é norma de reprodução obrigatória nas Constituições estaduais e leis or- gânicas do DF e dos Municípios? Referida previsão enfraquece a laicida- de do Estado brasileiro? .....	196
3.10.2.	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) .....	199
3.10.2.1.	Apontamentos gerais sobre o ADCT .....	199
3.10.2.2.	Finalidade do ADCT .....	199
3.10.2.3.	Classificação das disposições do ADCT.....	201
3.10.2.4.	O natural exaurimento das normas do ADCT e o seu desvirtuamento	202
3.10.2.5.	Qual a natureza jurídica das disposições do ADCT?.....	203
3.10.2.6.	As disposições do ADCT estão imunes ao poder de reforma? .....	203
3.11.	Material digital exclusivo .....	204
<b>4.</b>	<b>PODER CONSTITUINTE.....</b>	<b>205</b>
4.1.	Esquema geral.....	205
4.2.	Conceito e titularidade .....	205
4.3.	Hiato constitucional (Revolução — Mutação — Reforma — Hiato autoritário) .....	206
4.4.	Poder constituinte originário (genuíno ou de 1.º grau).....	207
4.4.1.	Conceito.....	207
4.4.2.	Uma subdivisão .....	207
4.4.3.	Características .....	208
4.4.4.	Poder constituinte originário formal e material.....	210
4.4.5.	Formas de expressão .....	210
4.4.6.	A proposta de convocação de uma “assembleia nacional constituinte exclusiva e específica” para a reforma política: aberração jurídica; violência ao sistema .....	211
4.5.	Poder constituinte derivado (instituído, constituído, secundário, de 2.º grau ou rema- nescente) .....	212
4.5.1.	Conceito e espécies .....	212
4.5.2.	Poder constituinte derivado reformador.....	213
4.5.3.	Poder constituinte derivado decorrente .....	214

4.5.3.1.	Estados-Membros.....	214
4.5.3.2.	Distrito Federal .....	217
4.5.3.3.	Municípios: manifestação do poder constituinte derivado decorrente? .....	218
4.5.3.4.	Territórios Federais: manifestação do poder constituinte derivado decorrente? .....	219
4.5.4.	Poder constituinte derivado revisor.....	219
4.6.	Poder constituinte difuso.....	221
4.7.	Poder constituinte supranacional.....	223
4.8.	Nova Constituição e ordem jurídica anterior .....	224
4.8.1.	Recepção .....	224
4.8.1.1.	Inconstitucionalidade superveniente? .....	225
4.8.1.2.	Uma lei que fere o processo legislativo previsto na Constituição sob cuja regência foi editada, mas que, até o advento da nova Constituição, nunca fora objeto de controle de constitucionalidade, poderá ser recebida pela nova Constituição se com ela for compatível?.....	225
4.8.1.3.	Características conclusivas sobre o fenômeno da recepção.....	227
4.8.2.	Repristinação.....	227
4.8.3.	Desconstitucionalização.....	228
4.8.4.	Recepção material de normas constitucionais.....	229
4.9.	Poder constituinte e direito adquirido. Graus de retroatividade da norma constitucional: máximo, médio ou mínimo?.....	229
4.10.	Material digital exclusivo .....	232
<b>5.</b>	<b>EFICÁCIA E APLICABILIDADE DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS .....</b>	<b>233</b>
5.1.	Eficácia jurídica e eficácia social.....	233
5.2.	Normas constitucionais de eficácia plena .....	233
5.3.	Normas constitucionais de eficácia contida .....	234
5.4.	Normas constitucionais de eficácia limitada.....	237
5.5.	A classificação de <i>Maria Helena Diniz</i> .....	240
5.6.	A classificação de <i>Celso Ribeiro Bastos</i> e <i>Carlos Ayres Britto</i> .....	241
5.7.	Normas constitucionais de eficácia exaurida e aplicabilidade esgotada.....	242
5.8.	Normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais e o gradualismo eficaz das normas constitucionais.....	243
5.9.	Eficácia e aplicabilidade na jurisprudência do STF.....	245
5.10.	Material digital exclusivo .....	249
<b>6.</b>	<b>CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE .....</b>	<b>251</b>
6.1.	Controle de constitucionalidade: direito comparado e sistema brasileiro .....	251
6.1.1.	Noções preliminares .....	251
6.1.2.	A inconstitucionalidade das leis e a regra geral da “teoria da nulidade”. Sistema austríaco (Kelsen) versus Sistema norte-americano (Marshall). Anulabilidade versus nulidade.....	252
6.1.3.	Flexibilização das teorias da “nulidade absoluta da lei declarada inconstitucional” e da “anulabilidade da norma inconstitucional” no direito estrangeiro (brevíssima noção).....	254
6.1.3.1.	Áustria.....	254
6.1.3.2.	Estados Unidos.....	254
6.1.3.3.	Espanha .....	256
6.1.3.4.	Portugal .....	256
6.1.3.5.	Alemanha .....	256

6.1.4.	Flexibilização da teoria da nulidade no direito brasileiro .....	256
6.1.4.1.	A mitigação do princípio da nulidade no controle concentrado — art. 27 da Lei n. 9.868/99 e art. 11 da Lei n. 9.882/99 .....	257
6.1.4.2.	A mitigação do princípio da nulidade no controle difuso .....	258
6.1.5.	Constitucionalidade e inconstitucionalidade superveniente? .....	259
6.2.	Breve análise evolutiva do sistema brasileiro de controle de constitucionalidade .....	262
6.2.1.	Constituição de 1824 .....	262
6.2.2.	Constituição de 1891 .....	263
6.2.3.	Constituição de 1934 .....	263
6.2.4.	Constituição de 1937 .....	264
6.2.5.	Constituição de 1946 .....	264
6.2.6.	Constituição de 1967 e EC n. 1/69 .....	264
6.2.7.	Constituição de 1988 .....	264
6.3.	Espécies de inconstitucionalidade e o “estado de coisas inconstitucional” .....	266
6.3.1.	Inconstitucionalidade por ação e por omissão (quadro esquemático) .....	266
6.3.2.	Vício formal (inconstitucionalidade orgânica, inconstitucionalidade formal propriamente dita e inconstitucionalidade formal por violação a pressupostos objetivos do ato) .....	267
6.3.2.1.	Inconstitucionalidade formal orgânica .....	268
6.3.2.2.	Inconstitucionalidade formal propriamente dita .....	268
6.3.2.3.	Inconstitucionalidade formal por violação a pressupostos objetivos do ato normativo .....	269
6.3.3.	Vício material (de conteúdo, substancial ou doutrinário) .....	270
6.3.4.	Vício de decoro parlamentar (?) .....	270
6.3.5.	“Estado de coisas inconstitucional” .....	273
6.4.	Momentos de controle .....	273
6.4.1.	Controle prévio ou preventivo .....	274
6.4.1.1.	Controle prévio ou preventivo realizado pelo Legislativo .....	274
6.4.1.2.	Controle prévio ou preventivo realizado pelo Executivo .....	275
6.4.1.3.	Controle prévio ou preventivo realizado pelo Judiciário .....	275
6.4.1.4.	Controle prévio ou preventivo realizado pelo Poder Judiciário e a perspectiva das “normas constitucionais interpostas” (Zagrebelsky) .....	278
6.4.2.	Controle posterior ou repressivo .....	280
6.4.2.1.	Controle político .....	280
6.4.2.2.	Controle jurisdicional .....	280
6.4.2.3.	Controle híbrido .....	281
6.4.2.4.	Exceções à regra geral do controle jurisdicional posterior ou repressivo .....	281
6.5.	Sistemas e vias de controle judicial .....	288
6.6.	Controle difuso .....	289
6.6.1.	Origem histórica: <i>Marbury versus Madison</i> , Sessão de fev. de 1803 (I, repertório de Cranch, 137-180) .....	289
6.6.2.	Noções gerais .....	291
6.6.3.	Controle difuso nos tribunais e a cláusula de reserva de plenário ( <i>full bench</i> ). Art. 97 da CF/88 .....	291
6.6.3.1.	Regras gerais .....	291
6.6.3.2.	A cláusula de reserva de plenário aplica-se às Turmas do STF no julgamento de RE? .....	294
6.6.3.3.	A cláusula de reserva de plenário aplica-se às Turmas Recursais dos Juizados Especiais? .....	296

6.6.3.4.	A cláusula de reserva de plenário aplica-se à decisão de juízo monocrático de primeira instância? .....	297
6.6.3.5.	Os “órgãos administrativos autônomos” (CNJ, CNMP e TCU), com a função constitucional de controlar a validade de atos administrativos, ao afastar a aplicação de lei ou ato normativo violador da Constituição com fundamento para o exercício de suas atribuições, devem observar o art. 97, CF/88? .....	297
6.6.4.	Efeitos da decisão .....	298
6.6.4.1.	Para as partes .....	298
6.6.4.2.	Para terceiros (art. 52, X): visão clássica e tradicional do papel do Senado Federal no controle difuso considerando que não houve mutação constitucional .....	299
6.6.5.	Para terceiros (art. 52, X): mutação constitucional do papel do Senado Federal no controle difuso. Teoria da transcendência dos motivos determinantes da sentença no controle difuso: análise crítica — abstrativização do controle difuso — tendência para uma maior expansividade das decisões mesmo quando tomadas em controvérsias individuais. Perspectivas do controle incidental em controle concentrado. Limitação do cabimento da reclamação .....	303
6.6.5.1.	Abstrativização do controle difuso: aspectos doutrinários.....	303
6.6.5.2.	Rcl 4.335: por 8 x 2 o STF não aceitou a tese da mutação constitucional do art. 52, X — decisão proferida na vigência do revogado CPC/73.....	307
6.6.5.3.	HC 126.292 — valorização dos precedentes .....	309
6.6.5.4.	Controle incidental em controle concentrado abstrato e o seu efeito “erga omnes” — eficácia da decisão do STF — ADI 4.029, j. 08.03.2012 — perspectivas para a mutação constitucional do art. 52, X .....	311
6.6.5.5.	ADIs 3.406 e 3.470, j. 29.11.2017 — mutação constitucional do art. 52, X (7 x 2) .....	314
6.6.5.6.	Eficácia expansiva das decisões. Objetivação (“dessubjetivação”) do recurso extraordinário. Limites à reclamação constitucional. Inconstitucionalidades no CPC/2015? .....	318
6.6.6.	Controle difuso em sede de ação civil pública.....	326
6.7.	Controle concentrado.....	328
6.7.1.	ADI genérica .....	328
6.7.1.1.	Conceito (ADI genérica) .....	328
6.7.1.2.	Objeto (ADI genérica) .....	329
6.7.1.3.	Elementos essenciais do controle de constitucionalidade: a) elemento conceitual (o conceito de “bloco de constitucionalidade”); b) elemento temporal .....	349
6.7.1.4.	Teoria da transcendência dos motivos determinantes (efeitos irradiantes ou transbordantes?) (“Ratio decidendi” — “holding” versus “obiter dictum” — “dictum”).....	351
6.7.1.5.	Teoria da inconstitucionalidade por “arrastamento” ou “atração”, ou “inconstitucionalidade consequente de preceitos não impugnados”, ou inconstitucionalidade consequencial, ou inconstitucionalidade consequente ou derivada, ou “inconstitucionalidade por reverberação normativa”.....	353
6.7.1.6.	Lei “ainda constitucional”, ou “inconstitucionalidade progressiva”, ou “declaração de constitucionalidade de norma em trânsito para a inconstitucionalidade” .....	356
6.7.1.7.	“Inconstitucionalidade circunstancial” .....	361
6.7.1.8.	O efeito vinculante para o Legislativo e o inconcebível fenômeno da “fossilização da Constituição”. Possibilidade de reversão legislativa da jurisprudência da Corte. A denominada “mutação constitucional pela via legislativa” .....	362

6.7.1.9.	Criação do Município de Luís Eduardo Magalhães — ADI 2.240/BA — análise do voto do Min. Eros Grau. Contraponto: voto do Min. Gilmar Mendes — Declaração de inconstitucionalidade sem pronúncia de nulidade. Efeito prospectivo. Possibilidade inédita do fenômeno da constitucionalidade superveniente. Dogma da nulidade da lei e garantia da segurança jurídica.....	363
6.7.1.10.	Proibição do “atalhamento constitucional” e do “desvio de poder constituinte” (utilização de meio aparentemente legal buscando atingir finalidade ilícita).....	367
6.7.1.11.	Inconstitucionalidade “chapada”, “enlouquecida”, “desvairada” .....	368
6.7.1.12.	Início da eficácia da decisão que reconhece a inconstitucionalidade ou a constitucionalidade de lei em processo objetivo de controle abstrato .....	369
6.7.1.13.	Competência (ADI genérica).....	370
6.7.1.14.	Legitimidade (ADI genérica) .....	374
6.7.1.15.	Procedimento e características marcantes do processo objetivo (ADI genérica).....	379
6.7.1.16.	“Amicus curiae” (ADI e demais ações) e audiências públicas (“sociedade aberta dos intérpretes da Constituição” — Peter Häberle).....	386
6.7.1.17.	Efeitos da decisão (ADI genérica).....	397
6.7.1.18.	Reclamação para a garantia da autoridade da decisão do STF: paradigma de ordem objetiva (ADI genérica e súmula vinculante).....	419
6.7.2.	Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) .....	423
6.7.2.1.	Conceito (ADC) .....	423
6.7.2.2.	Objeto (ADC).....	423
6.7.2.3.	Competência (ADC).....	423
6.7.2.4.	Legitimidade (ADC).....	424
6.7.2.5.	Procedimento (ADC) .....	424
6.7.2.6.	Efeitos da decisão (ADC).....	426
6.7.2.7.	Medida cautelar (ADC).....	426
6.7.3.	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF).....	427
6.7.3.1.	Localização (ADPF) .....	427
6.7.3.2.	Objeto — hipóteses de cabimento (ADPF).....	427
6.7.3.3.	Preceito fundamental — conceito (ADPF) .....	428
6.7.3.4.	Competência (ADPF).....	429
6.7.3.5.	Legitimidade (ADPF) .....	429
6.7.3.6.	Procedimento (ADPF). Particularidades do princípio da subsidiariedade .....	429
6.7.3.7.	Efeitos da decisão (ADPF).....	431
6.7.3.8.	O parágrafo único do art. 1.º da Lei n. 9.882/99 é inconstitucional (arguição incidental)?.....	432
6.7.3.9.	Pedido de medida liminar (ADPF).....	433
6.7.3.10.	ADPF pode ser conhecida como ADI? Se sim, o princípio da fungibilidade teria natureza ambivalente? Ou seja, ADI poderia ser conhecida como ADPF?.....	434
6.7.4.	Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO).....	435
6.7.4.1.	Conceito (ADO) .....	435
6.7.4.2.	Espécies de omissão.....	436
6.7.4.3.	Objeto (ADO).....	436
6.7.4.4.	Competência (ADO).....	437
6.7.4.5.	Legitimidade (ADO).....	437
6.7.4.6.	Natureza jurídica dos legitimados (ADO) .....	438
6.7.4.7.	Procedimento (ADO).....	438

6.7.4.8.	Medida cautelar (ADO).....	439
6.7.4.9.	Efeitos da decisão (ADO).....	440
6.7.4.10.	A atual jurisprudência do STF admite a fungibilidade entre ADI e ADO?.....	446
6.7.5.	Representação interventiva (IF).....	447
6.7.5.1.	Conceito (IF).....	447
6.7.5.2.	Representação interventiva federal (ADI interventiva federal).....	448
6.7.5.3.	Representação interventiva estadual (ADI interventiva estadual).....	456
6.8.	Controle abstrato de constitucionalidade nos Estados-membros.....	458
6.8.1.	Regras gerais.....	458
6.8.2.	Objeto.....	458
6.8.3.	Competência.....	459
6.8.4.	Legitimados.....	459
6.8.5.	Parâmetro de controle (pauta de referência ou paradigma de confronto).....	460
6.8.5.1.	Regras gerais: literalidade do art. 125, § 2.º, CF/88.....	460
6.8.5.2.	Normas de reprodução obrigatória ou compulsória e normas de mera imitação (da CF na CE).....	462
6.8.5.3.	A utilização do recurso extraordinário no controle concentrado e em abstrato estadual.....	465
6.8.6.	“Simultaneous processus”.....	467
6.9.	Quadro comparativo do sistema jurisdicional misto de controle posterior ou repressivo de constitucionalidade no Brasil.....	469
6.10.	Material digital exclusivo.....	473
<b>7.</b>	<b>DIVISÃO ESPACIAL DO PODER — ORGANIZAÇÃO DO ESTADO.....</b>	<b>475</b>
7.1.	Noções preliminares.....	475
7.1.1.	Elementos integrantes (componentes ou constitutivos) do Estado.....	475
7.1.2.	Forma de governo, sistema de governo e forma de Estado.....	475
7.2.	Formas de estado.....	476
7.3.	Federação.....	477
7.3.1.	Histórico.....	477
7.3.2.	Tipologias do Federalismo.....	478
7.3.2.1.	Federalismo por agregação ou por desagregação (segregação).....	478
7.3.2.2.	Federalismo dual ou cooperativo.....	478
7.3.2.3.	Federalismo simétrico ou assimétrico.....	479
7.3.2.4.	Federalismo orgânico.....	479
7.3.2.5.	Federalismo de integração.....	480
7.3.2.6.	Federalismo equilíbrio.....	480
7.3.2.7.	Federalismo de segundo grau.....	480
7.3.3.	Características da Federação.....	481
7.3.4.	Federação brasileira.....	482
7.3.4.1.	Breve histórico.....	482
7.3.4.2.	Federação na CF/88 e princípios fundamentais.....	482
7.4.	União Federal.....	491
7.4.1.	Capital Federal.....	492
7.4.2.	Bens da União.....	494
7.4.3.	Competências da União Federal.....	498
7.4.3.1.	Competência não legislativa (administrativa ou material).....	498
7.4.3.2.	Competência legislativa.....	500
7.4.3.3.	Competência para legislar sobre o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação — discussão em relação à EC n. 85/2015.....	501

7.4.3.4. Legislação sobre o meio ambiente e controle da poluição: competência municipal. O caso particular da queima da palha da cana-de-açúcar (RE 586.224) e o da aplicação de multas para os proprietários de veículos automotores que emitem fumaça acima de padrões considerados aceitáveis (RE 194.704) .....	502
7.4.4. Regiões administrativas ou de desenvolvimento .....	504
7.5. Estados-Membros .....	505
7.5.1. Formação dos Estados-Membros .....	506
7.5.1.1. Regra geral .....	506
7.5.1.2. Aspectos específicos e procedimentais .....	507
7.5.1.3. E qual deve ser o procedimento no caso de criação de um novo Estado? .....	509
7.5.1.4. Fusão .....	510
7.5.1.5. Cisão .....	511
7.5.1.6. Desmembramento .....	511
7.5.2. Bens dos Estados-Membros .....	512
7.5.3. Competências dos Estados-Membros .....	513
7.5.3.1. Competência não legislativa (administrativa ou material) .....	513
7.5.3.2. Competência legislativa .....	513
7.5.4. Exploração dos serviços locais de gás canalizado .....	514
7.5.5. Regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões .....	514
7.5.5.1. Aspectos gerais .....	514
7.5.5.2. Conceito .....	515
7.5.5.3. O que aconteceu com as regiões metropolitanas instituídas antes da nova Constituição de 1988? .....	517
7.5.5.4. Caráter compulsório da participação dos Municípios nas regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões .....	517
7.5.5.5. O interesse comum e a compulsoriedade da integração metropolitana não são incompatíveis com a autonomia municipal que deverá ser preservada. Não se admite a simples transferência de competências exclusivamente para o Estado-Membro. A gestão deverá ser compartilhada .....	518
7.5.5.6. “Estatuto da Metrópole” — Lei n. 13.089/2015 .....	518
7.5.5.7. Qual a natureza jurídica das regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões criadas por lei complementar estadual? .....	520
7.6. Municípios .....	521
7.6.1. Formação dos Municípios .....	521
7.6.2. Competências dos Municípios .....	524
7.6.2.1. Competências não legislativas (administrativas ou materiais) .....	524
7.6.2.2. Competências legislativas .....	524
7.6.2.3. Competência municipal para legislar sobre meio ambiente e controle da poluição .....	525
7.7. Distrito Federal .....	526
7.7.1. Histórico .....	526
7.7.2. Distrito Federal como unidade federada .....	527
7.7.3. Outras características importantes .....	527
7.7.4. Competências do Distrito Federal .....	528
7.7.4.1. Competências não legislativas (administrativas ou materiais) .....	528
7.7.4.2. Competências legislativas .....	528
7.8. Territórios Federais .....	529
7.8.1. Histórico .....	529

7.8.2. Natureza jurídica .....	530
7.8.3. Ainda existem territórios no Brasil? .....	530
7.8.4. Mas, afinal de contas, o que é Fernando de Noronha? .....	530
7.8.5. Apesar de não existirem, podem vir a ser criados novos territórios? .....	531
7.8.6. Outras características importantes .....	532
7.9. Modelos de repartição de competências .....	532
7.9.1. Modelo clássico e modelo moderno .....	533
7.9.1.1. Modelo clássico .....	533
7.9.1.2. Modelo moderno .....	534
7.9.2. Modelo horizontal e modelo vertical .....	534
7.9.2.1. Modelo horizontal .....	534
7.9.2.2. Modelo vertical .....	534
7.10. Quadro ilustrativo da competência legislativa constitucional — alguns precedentes do STF .....	535
7.11. Amianto e tabaco .....	546
7.11.1. Amianto .....	546
7.11.2. Tabaco .....	551
7.12. Intervenção .....	553
7.12.1. Intervenção federal .....	553
7.12.1.1. Hipóteses de intervenção federal .....	553
7.12.1.2. Espécies de intervenção federal .....	554
7.12.1.3. Decretação e execução da intervenção federal e a oitiva dos Conselhos da República e de Defesa Nacional .....	555
7.12.1.4. Controle político exercido pelo Congresso Nacional .....	557
7.12.1.5. Afastamento das autoridades envolvidas .....	558
7.12.1.6. A intervenção federal na vigência da Constituição Federal de 1988: os casos particulares do Distrito Federal e do Espírito Santo e a efetiva decretação da intervenção federal nos Estados do Rio de Janeiro e de Roraima .....	558
7.12.1.7. A intervenção federal: necessidade de preservação dos direitos fundamentais .....	564
7.12.2. Intervenção estadual .....	564
7.12.2.1. Hipóteses de intervenção estadual e intervenção federal nos Municípios localizados em Territórios Federais .....	564
7.12.2.2. Decretação e execução da intervenção estadual .....	565
7.12.2.3. Controle exercido pelo Legislativo .....	565
7.12.2.4. Afastamento das autoridades envolvidas .....	565
7.12.2.5. Súmula 637 do STF .....	565
7.13. Material digital exclusivo .....	566
<b>8. SEPARAÇÃO DE “PODERES” — TEORIA GERAL .....</b>	<b>567</b>
8.1. Noções introdutórias .....	567
8.1.1. Aristóteles: identificação das funções do Estado .....	567
8.1.2. Montesquieu: correspondência entre a divisão funcional e a divisão orgânica .....	567
8.1.3. E qual seria a finalidade da separação dos poderes? .....	568
8.2. Funções típicas e atípicas .....	570
8.3. Impropriedade da expressão “tripartição de Poderes” .....	572
8.4. A independência dos Poderes e a indelegabilidade de atribuições .....	573
8.5. Material digital exclusivo .....	574

<b>9. PODER LEGISLATIVO.....</b>	<b>575</b>
9.1. Estrutura do Poder Legislativo.....	575
9.1.1. Estrutura do Poder Legislativo federal.....	575
9.1.2. Estrutura do Poder Legislativo estadual, municipal, distrital e dos Territórios Federais.....	575
9.1.2.1. Estrutura do Poder Legislativo estadual.....	575
9.1.2.2. Estrutura do Poder Legislativo municipal.....	577
9.1.2.3. Estrutura do Poder Legislativo distrital.....	580
9.1.2.4. Estrutura do Poder Legislativo dos Territórios Federais.....	580
9.2. Atribuições do Congresso Nacional.....	580
9.3. Câmara dos Deputados.....	582
9.3.1. Aspectos fundamentais.....	582
9.3.2. Requisitos para a candidatura dos Deputados Federais.....	583
9.3.3. Competências privativas da Câmara dos Deputados.....	584
9.4. Senado Federal.....	584
9.4.1. Aspectos fundamentais.....	584
9.4.2. Requisitos para a candidatura dos Senadores.....	585
9.4.3. Competências privativas do Senado Federal.....	585
9.5. Quadro comparativo e deliberações.....	587
9.6. Remuneração dos parlamentares.....	588
9.6.1. Subsídio mensal.....	588
9.6.2. Verba indenizatória: dever de transparência.....	590
9.7. Das reuniões.....	591
9.7.1. Sessão legislativa ordinária.....	591
9.7.2. Hipóteses de convocação extraordinária.....	592
9.7.3. Reunião em sessão conjunta.....	594
9.7.4. Sessão preparatória e Mesas Diretoras.....	594
9.8. Das comissões parlamentares.....	595
9.8.1. Comissão temática ou em razão da matéria (permanentes).....	595
9.8.2. Comissão especial ou temporária.....	596
9.8.3. Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI).....	596
9.8.3.1. Regras gerais.....	596
9.8.3.2. Criação.....	596
9.8.3.3. Direito público subjetivo das minorias.....	597
9.8.3.4. Objeto.....	597
9.8.3.5. Prazo.....	598
9.8.3.6. Poderes.....	598
9.8.3.7. O princípio da separação de “poderes” e a impossibilidade de a CPI investigar atos de conteúdo jurisdicional.....	601
9.8.3.8. Postulado de reserva constitucional de jurisdição.....	602
9.8.3.9. Postulado da colegialidade.....	603
9.8.3.10. Motivação.....	604
9.8.3.11. Conclusões.....	604
9.8.3.12. Competência originária do STF.....	605
9.8.3.13. A regra da prejudicialidade.....	606
9.8.3.14. CPIs estaduais e quebra do sigilo bancário.....	606
9.8.3.15. CPIs distritais.....	610
9.8.3.16. CPIs municipais.....	611
9.8.4. Comissão mista.....	612
9.8.5. Comissão representativa.....	612

9.9. Imunidades parlamentares.....	613
9.9.1. Aspectos introdutórios .....	613
9.9.2. Imunidade parlamentar federal .....	614
9.9.2.1. Imunidade material ou inviolabilidade parlamentar (art. 53, “caput”)..	614
9.9.2.2. Imunidade formal ou processual.....	616
9.9.2.3. Prerrogativa de foro (“foro privilegiado”) (art. 53, § 1.º).....	628
9.9.2.4. Foro por prerrogativa de função e jurisdições de categorias diversas — a discussão sobre o desmembramento .....	638
9.9.2.5. Outras garantias .....	639
9.9.2.6. As imunidades parlamentares podem ser renunciadas? .....	640
9.9.2.7. As imunidades parlamentares estendem-se aos suplentes? .....	641
9.9.3. Parlamentares estaduais e do DF .....	641
9.9.4. Parlamentares municipais .....	641
9.10. Incompatibilidades e impedimentos dos parlamentares federais .....	642
9.11. Perda do mandato do Deputado ou Senador .....	642
9.11.1. Hipóteses de perda do mandato e suas peculiaridades.....	642
9.11.2. Cassação x extinção do mandato.....	644
9.11.3. Votação aberta na hipótese de cassação do mandato: aprovação da “PEC do voto aberto” (EC n. 76/2013). Avanço democrático.....	644
9.11.4. A perda do mandato parlamentar em razão de sentença penal condenatória tran- sitada em julgado e a interpretação fixada pelo STF no julgamento da AP 470 (“mensalão”), bem como da AP 565 (art. 15, III, x art. 55, §§ 2.º e 3.º). O caso concreto da AP 396. Proposta de exceção objetiva à regra geral (MS 32.326 e APs 694 e 863).....	645
9.11.5. É possível a renúncia do cargo por parlamentar submetido a processo que vise ou possa levá-lo à perda do mandato?.....	651
9.11.6. Perda do mandato nas hipóteses de infidelidade partidária .....	651
9.11.7. Suspensão do exercício do mandato de parlamentar eleito (AC 4.070).....	652
9.12. Hipóteses em que não haverá a perda do mandato do Deputado ou Senador e outras regras .....	653
9.13. Processo legislativo .....	655
9.13.1. Considerações introdutórias.....	655
9.13.2. Esquema do processo legislativo das leis ordinárias e complementares .....	656
9.13.3. Fase de iniciativa.....	657
9.13.3.1. Regra geral para a iniciativa .....	657
9.13.3.2. Iniciativa concorrente.....	657
9.13.3.3. Iniciativa “privativa” (reservada ou exclusiva).....	657
9.13.3.4. Iniciativa popular .....	664
9.13.3.5. Iniciativa conjunta: ainda persiste, tendo em vista a Reforma da Pre- vidência (EC n. 41/2003)?.....	673
9.13.3.6. Iniciativa para fixação do subsídio dos Ministros do STF — teto do funcionalismo — art. 48, XV, c/c o art. 96, II, “b” .....	674
9.13.3.7. Algumas peculiaridades a serem observadas .....	674
9.13.4. Fase constitutiva .....	677
9.13.4.1. Deliberação parlamentar — discussão e votação .....	677
9.13.4.2. Deliberação executiva — sanção e veto.....	682
9.13.5. Fase complementar — promulgação e publicação.....	688
9.13.5.1. Promulgação.....	688
9.13.5.2. Publicação .....	689
9.14. Espécies normativas .....	690

9.14.1. Emenda constitucional .....	690
9.14.1.1. Limitações formais ou procedimentais (art. 60, I, II, III, e §§ 2.º, 3.º e 5.º) .....	691
9.14.1.2. Limitações circunstanciais (art. 60, § 1.º) .....	693
9.14.1.3. Limitações materiais (art. 60, § 4.º) .....	693
9.14.1.4. Limitações temporais? .....	694
9.14.1.5. Limitações implícitas .....	695
9.14.1.6. Tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos e a sua equivalência com as emendas constitucionais — EC n. 45/2004 .....	696
9.14.2. Lei complementar e lei ordinária .....	696
9.14.2.1. Semelhanças .....	696
9.14.2.2. Diferenças .....	696
9.14.2.3. Existe hierarquia entre lei complementar e lei ordinária? .....	699
9.14.3. Lei delegada .....	700
9.14.4. Medida provisória .....	702
9.14.4.1. Aspectos iniciais .....	702
9.14.4.2. O processo de criação das medidas provisórias de acordo com a EC n. 32/2001 .....	704
9.14.4.3. Parecer prévio pela comissão mista e a inconstitucionalidade dos arts. 5.º, “caput”, e 6.º, “caput”, e §§ 1.º e 2.º, da Res. n. 1/2002-CN .....	707
9.14.4.4. Medidas a serem adotadas pelo Congresso Nacional .....	708
9.14.4.5. Impacto da medida provisória sobre o ordenamento jurídico .....	712
9.14.4.6. Pode o Presidente da República retirar da apreciação do Congresso Nacional medida provisória já editada? .....	712
9.14.4.7. Limitação material à edição de medidas provisórias, de acordo com a EC n. 32/2001 .....	713
9.14.4.8. O que acontecerá com as medidas provisórias editadas em data anterior à EC n. 32/2001? .....	717
9.14.4.9. Um alerta .....	717
9.14.5. Decreto legislativo .....	718
9.14.5.1. Aspectos gerais .....	718
9.14.5.2. Breves notas sobre o processo de formação dos tratados internacionais e a novidade trazida pela EC n. 45/2004 .....	718
9.14.6. Resolução .....	727
9.14.7. Quadro comparativo das espécies normativas .....	728
9.15. Função fiscalizatória exercida pelo Legislativo e o Tribunal de Contas .....	729
9.15.1. Tribunal de Contas da União .....	730
9.15.1.1. Composição e características .....	730
9.15.1.2. Atribuições constitucionais do TCU .....	731
9.15.1.3. “Apreciar as contas” x “julgar as contas” (art. 71, I e II) .....	732
9.15.1.4. O Tribunal de Contas tem atribuição para exercer controle de constitucionalidade? .....	732
9.15.1.5. Sustação de “atos” e “contratos” administrativos pelo Tribunal de Contas .....	733
9.15.1.6. As empresas públicas e as sociedades de economia mista, integrantes da administração indireta, estão sujeitas à fiscalização do Tribunal de Contas? ..	734
9.15.1.7. É necessária a observância do devido processo legal em processo administrativo no âmbito do Tribunal de Contas? .....	735
9.15.1.8. O Tribunal de Contas pode exigir, por si, a quebra de sigilo bancário? ..	735
9.15.1.9. Teoria dos poderes implícitos e as atribuições do Tribunal de Contas —	

possibilidade de concessão de medidas cautelares para assegurar o exercício de suas atribuições .....	736
9.15.1.10. Situação jurídica acobertada pela autoridade da coisa julgada pode ser desconstituída por decisão ou ato do Tribunal de Contas? .....	737
9.15.1.11. Decisões do Tribunal de Contas com eficácia de título executivo .....	737
9.15.1.12. Ao decidir, cabe ao Tribunal de Contas manter o sigilo quanto ao objeto e à autoria da denúncia? .....	738
9.15.1.13. Ministros do Tribunal de Contas da União .....	741
9.15.2. Distinção entre a atuação do TCU e da CGU: inexistência de invasão de atribuições. Auxílio no controle externo (TCU) x controle interno (CGU) — perfeita convivência .....	742
9.15.3. Tribunais de Contas Estaduais e Tribunal de Contas do Distrito Federal .....	743
9.15.4. Tribunais de Contas Municipais .....	745
9.15.5. Ministério Público Especial (art. 130) .....	748
9.16. Material digital exclusivo .....	749

**10. PODER EXECUTIVO .....** **751**

10.1. Notas introdutórias .....	751
10.2. Presidencialismo <i>versus</i> parlamentarismo .....	751
10.3. Executivo monocrático, colegial, diretorial e dual — conceito .....	752
10.4. O Poder Executivo na CF/88 .....	753
10.4.1. O exercício do Poder Executivo no Brasil .....	753
10.4.1.1. Âmbito federal .....	753
10.4.1.2. Âmbito estadual .....	753
10.4.1.3. Âmbito distrital .....	753
10.4.1.4. Âmbito municipal .....	754
10.4.1.5. Âmbito dos Territórios Federais .....	754
10.4.2. Atribuições conferidas ao Presidente da República .....	754
10.4.2.1. Regras gerais do art. 84 da CF/88 .....	754
10.4.2.2. Regras específicas decorrentes do art. 84 da CF/88 .....	756
10.4.2.3. O poder regulamentar e a realidade dos denominados “decretos autônomos” .....	757
10.4.3. Condições de elegibilidade .....	759
10.4.4. Processo eleitoral .....	759
10.4.5. Posse e mandato .....	760
10.4.6. Impedimento e vacância dos cargos .....	761
10.4.6.1. Sucessor e substituto natural do Presidente da República: Vice-Presidente .....	761
10.4.6.2. Substitutos eventuais ou legais .....	763
10.4.6.3. Mandato-tampão: eleição direta e indireta (art. 81) .....	766
10.4.6.4. Ausência do País do Presidente e do Vice-Presidente da República e licença do Congresso Nacional .....	768
10.4.7. Ministros de Estado .....	769
10.4.7.1. Características gerais e requisitos de investidura no cargo. Poderá haver controle judicial? A questão específica do desvio de finalidade .....	769
10.4.7.2. Atribuições dos Ministros de Estado .....	771
10.4.7.3. Poderão os Ministros de Estado receber delegação para exercer matéria de competência privativa do Presidente da República? .....	772
10.4.7.4. Responsabilidade e juízo competente para processar e julgar os	

Ministros de Estado. A análise do controle político pela Câmara dos Deputados (art. 51, I) .....	772
10.4.8. Conselho da República e Conselho de Defesa Nacional .....	773
10.4.8.1. Conselho da República .....	774
10.4.8.2. Conselho de Defesa Nacional .....	775
10.4.9. Crimes de responsabilidade .....	776
10.4.9.1. Notas introdutórias e natureza jurídica .....	776
10.4.9.2. Procedimento .....	777
10.4.9.3. Crime de responsabilidade: admite-se o controle judicial? .....	784
10.4.10. Crimes comuns .....	784
10.4.10.1. Conceito e procedimento .....	784
10.4.10.2. Imunidade presidencial (irresponsabilidade penal relativa) .....	785
10.4.11. Prisão .....	786
10.4.12. A imunidade formal em relação à prisão (art. 86, § 3.º) e a cláusula de irresponsabilidade penal relativa (art. 86, § 4.º) podem ser estendidas aos demais chefes do Poder Executivo por atos normativos dos respectivos entes federativos? .....	786
10.4.13. Outras regras importantes sobre os demais Chefes do Poder Executivo .....	787
10.4.13.1. Os demais entes federativos podem dispor sobre crime de responsabilidade definindo o órgão julgador por ato legislativo próprio? .....	787
10.4.13.2. Os demais entes federativos podem estabelecer a licença prévia pelo Legislativo local para o julgamento dos Chefes do Executivo? Se sim, o afastamento do cargo seria automático? Resposta: NÃO. Viragem jurisprudencial. Novo entendimento estabelecido na ADI 5.540 .....	788
10.4.14. Sistematização da competência para julgamento das autoridades pela prática de infrações penais comuns e crimes de responsabilidade .....	790
10.4.14.1. Prefeitos Municipais .....	793
10.4.14.2. Vereadores Municipais .....	795
10.4.14.3. A inconstitucionalidade das regras trazidas pela Lei n. 10.628/2002 em relação à “perpetuatio jurisdictionis” e ao “inusitado foro cível por prerrogativa de função em lei processual penal” .....	796
10.4.14.4. Foro por prerrogativa de função e jurisdições de categorias diversas — a discussão sobre o desmembramento .....	798
10.4.14.5. Distinção entre os regimes de responsabilidade político-administrativa previstos na CF — Pet 3.240 — o reconhecimento do duplo regime sancionatório para os agentes políticos (exceto o Presidente da República) .....	801
10.5. Material digital exclusivo .....	802

<b>11. PODER JUDICIÁRIO .....</b>	<b>803</b>
11.1. Funções do Poder Judiciário .....	803
11.2. Algumas características da jurisdição .....	803
11.3. Reforma do Poder Judiciário — EC n. 45/2004 .....	805
11.3.1. Histórico de sua tramitação .....	805
11.3.2. Principais alterações .....	807
11.3.3. Principais ações diretas e decisões do STF em relação às novidades introduzidas pela EC n. 45/2004 (ordem cronológica de propositura) .....	811
11.4. Estatuto da Magistratura .....	812
11.4.1. Disposições gerais .....	812
11.4.2. A EC n. 88/2015 (fruto da “PEC da Bengala”) e as ADIs 5.316, 5.430, 5.486 e 5.490 .....	817

11.5.	Garantias do Judiciário.....	821
11.5.1.	Garantias institucionais do Judiciário.....	822
11.5.1.1.	Garantias de autonomia orgânico-administrativa.....	822
11.5.1.2.	Garantias de autonomia financeira.....	822
11.5.2.	Garantias funcionais do Judiciário (ou de órgãos).....	823
11.5.2.1.	Garantias de independência dos órgãos judiciários.....	823
11.5.2.2.	Garantias de imparcialidade dos órgãos judiciários.....	828
11.5.3.	Prerrogativa de foro: o magistrado aposentado tem direito a foro especial por prerrogativa de função?.....	829
11.6.	Estrutura do Judiciário.....	830
11.6.1.	Órgãos de convergência e órgãos de superposição.....	830
11.6.2.	Justiças: comum e especial.....	831
11.6.3.	Competência penal <i>versus</i> competência civil.....	832
11.6.4.	Juizados Especiais: algumas particularidades.....	833
11.6.4.1.	Não cabimento de Recurso Especial para o STJ e o cabimento de Rcl.....	833
11.6.4.2.	Cabimento de RE para o STF.....	835
11.6.4.3.	Cabimento de HC e MS contra ato de juizado especial — superação da S. 690/STF.....	835
11.6.4.4.	Ação de indenização em razão do fumo: incompetência dos Juizados — complexidade da causa.....	841
11.6.4.5.	Juizados e a Lei Maria da Penha.....	841
11.6.5.	Organograma do Poder Judiciário.....	842
11.7.	A regra do “quinto constitucional”.....	843
11.8.	Características gerais dos órgãos do Poder Judiciário.....	846
11.8.1.	Supremo Tribunal Federal (STF).....	846
11.8.1.1.	STF — aspectos históricos.....	846
11.8.1.2.	STF — regras gerais.....	848
11.8.1.3.	STF — destaques às novidades trazidas pela EC n. 45/2004 (“Reforma do Judiciário”).....	850
11.8.1.4.	STF — procedimento para deliberação e encaminhamento de solicitações de opiniões consultivas ao Tribunal Permanente de Revisão do Mercosul (TPR).....	853
11.8.2.	Superior Tribunal de Justiça (STJ).....	854
11.8.3.	Tribunais Regionais Federais (TRFs) e Juízes Federais.....	858
11.8.4.	Tribunais e Juízes do Trabalho.....	858
11.8.4.1.	Tribunal Superior do Trabalho (TST).....	859
11.8.4.2.	Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs).....	860
11.8.4.3.	Juízes do trabalho — Varas do Trabalho.....	860
11.8.4.4.	Competências da Justiça do Trabalho.....	860
11.8.4.5.	O que aconteceu com os mandatos dos classistas em face da EC n. 24/99?.....	865
11.8.4.6.	Reforma trabalhista: aspectos constitucionais (Profa. Carla Romar).....	865
11.8.5.	Tribunais e Juízes Eleitorais.....	865
11.8.5.1.	Tribunal Superior Eleitoral (TSE).....	866
11.8.5.2.	Tribunal Regional Eleitoral (TRE).....	867
11.8.5.3.	Juízes Eleitorais.....	868
11.8.5.4.	Juntas Eleitorais.....	868
11.8.5.5.	Competências e atribuições da Justiça Eleitoral.....	869
11.8.6.	Tribunais e Juízes Militares.....	870

11.8.6.1. Superior Tribunal Militar (STM) .....	871
11.8.6.2. Justiça Militar da União .....	872
11.8.6.3. Justiça Militar dos Estados .....	885
11.8.6.4. Justiça Militar do Distrito Federal .....	890
11.8.7. Tribunais e Juízes dos Estados .....	891
11.8.8. Varas Agrárias e os conflitos fundiários .....	892
11.8.9. Justiça Estadual é competente para julgar crimes comuns entre silvícolas ...	894
11.8.10. Tribunais e Juízes do Distrito Federal e Territórios .....	895
11.9. Princípio do juiz natural e convocação de juízes de primeiro grau para compor órgão julgador de tribunal .....	896
11.10. Magistratura — teto de subsídio x teto de remuneração — Poder Judiciário — caráter nacional e unitário .....	897
11.11. Da Justiça de Paz (art. 98, II) .....	899
11.11.1. Regras gerais .....	899
11.11.2. Os juízes de paz integram o Poder Judiciário? .....	902
11.12. Dos precatórios .....	903
11.12.1. Regras gerais .....	903
11.12.2. Espécies de precatórios: regra geral (natureza não alimentícia) e os de natureza alimentícia .....	906
11.12.3. Sistemática da “superpreferência” — art. 100, § 2.º (EC n. 62/2009) .....	908
11.12.4. Compensação de precatório com débitos tributários — inconstitucionalidade reconhecida pelo STF (EC n. 62/2009) e disposições estabelecidas pela EC n. 94/2016 .....	909
11.12.5. Utilização de precatórios para compra de imóveis públicos .....	910
11.12.6. Atualização de valores de requisitórios de acordo com os índices da caderneta de poupança — inconstitucionalidade reconhecida pelo STF .....	910
11.12.7. Cessão dos créditos em precatórios a terceiros e a possibilidade de assunção de débitos diretamente pela União .....	912
11.12.8. Aferição mensal, em base anual, do comprometimento das receitas correntes líquidas com o pagamento de precatórios e obrigação de pequeno valor (EC n. 94/2016) .....	912
11.12.9. Regime especial I: art. 33, ADCT (poder constituinte originário) .....	913
11.12.10. Regime especial II: art. 78, ADCT (EC n. 30/2000) .....	913
11.12.11. Regime especial III: art. 100, § 15, da CF/88 e art. 97 do ADCT — inconstitucionalidade reconhecida pelo STF. Modulação dos efeitos da decisão — sobrevida ao regime especial por 5 exercícios financeiros a contar de 1.º.01.2016 (ADIs 4.357 e 4.425-QO, j. 25.03.2015) .....	915
11.12.12. Regime especial IV: arts. 101 a 105, ADCT — ECs ns. 94/2016 e 99/2017 ...	918
11.12.13. Requisição de pequeno valor (RPV): exceção à regra geral do precatório ...	923
11.12.14. Débitos das entidades da administração indireta: precatórios? .....	927
11.12.14.1. Pessoas jurídicas da administração indireta de direito público .....	927
11.12.14.2. Pessoas jurídicas da administração indireta de direito privado: atividades sujeitas a monopólio x atividades em regime de concorrência ...	927
11.12.14.3. Autarquias profissionais (autarquias corporativas ou corporações profissionais): fiscalizam o exercício de profissões (exceto a OAB) .....	930
11.12.14.4. O caso específico da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) .....	932
11.12.15. Intervenção federal ou estadual e não pagamento de precatórios ...	932
11.13. Conselho Nacional de Justiça .....	933
11.13.1. Aspectos gerais e composição do CNJ .....	933

11.13.2. Aperfeiçoamento do CNJ: EC n. 61/2009 .....	935
11.13.3. Inexistência de regulamentação (critérios objetivos) para a indicação dos membros do CNJ.....	937
11.13.4. O CNJ é constitucional?.....	938
11.13.5. Atribuições do CNJ e o controle de suas decisões pelo STF (limites?).....	940
11.13.5.1. Regras gerais.....	940
11.13.5.2. O CNJ não exerce função jurisdicional.....	942
11.13.5.3. O CNJ tem atribuição para exercer o controle de constitucionalidade? .....	942
11.13.5.4. STF: órgão de cúpula jurisdicional e órgão de cúpula administrativa, financeira e disciplinar (amplitude).....	943
11.13.5.5. O STF não deve ser considerado mera instância ordinária revisora das decisões administrativas do CNJ .....	944
11.13.6. O CNJ tem controle da função jurisdicional do Judiciário?.....	944
11.13.7. Corregedoria Nacional de Justiça e Ministro-Corregedor do CNJ .....	945
11.13.8. O CNJ, no exercício de suas atribuições correccionais, atua originariamente (primariamente) e concorrentemente com as Corregedorias dos tribunais....	945
11.13.9. Prerrogativa de foro .....	946
11.13.10. Outras regras sobre o CNJ .....	947
11.14. Súmula vinculante .....	947
11.14.1. Duas realidades: a morosidade da Justiça e as teses jurídicas repetitivas.....	947
11.14.2. As “famílias” do direito.....	948
11.14.3. Influência do <i>stare decisis</i> da família da <i>common law</i> .....	949
11.14.4. Influência da Alemanha e da Áustria .....	949
11.14.5. A influência do direito português.....	950
11.14.6. A evolução do “direito sumular” no Brasil (fase colonial — influência do direito português).....	950
11.14.7. A evolução do “direito sumular” no Brasil (após a independência) .....	951
11.14.8. Prenúncios da súmula vinculante em âmbito constitucional.....	952
11.14.9. Prenúncios da súmula vinculante no âmbito do direito processual civil .....	952
11.14.10. Os contornos da súmula vinculante na EC n. 45/2004.....	953
11.14.11. As regras trazidas pela Lei n. 11.417, de 19.12.2006 — súmula vinculante... ..	954
11.14.11.1. Competência.....	954
11.14.11.2. Objeto .....	954
11.14.11.3. Requisitos para a edição .....	954
11.14.11.4. Legitimados a propor a edição, a revisão ou o cancelamento de enunciado de súmula vinculante .....	954
11.14.11.5. Procedimento .....	956
11.14.11.6. Efeitos da súmula .....	957
11.14.11.7. Modulação dos efeitos .....	959
11.14.11.8. Revogação ou modificação da lei em que se fundou a edição de enunciado de súmula vinculante .....	959
11.14.11.9. Da reclamação.....	959
11.14.11.10. Responsabilidade do administrador público.....	960
11.14.11.11. Responsabilidade dos magistrados? .....	960
11.14.12. As súmulas vinculantes (a de número 30 com a publicação suspensa) editadas pelo STF.....	961
11.14.13. Aspectos conclusivos .....	961
11.15. Extinção dos Tribunais de Alçada .....	962
11.15.1. Histórico nas Constituições .....	962
11.15.2. O surgimento dos Tribunais de Alçada nos Estados .....	963

11.15.3. A EC n. 45/2004.....	964
11.16. Material digital exclusivo.....	965
<b>12. FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA.....</b>	<b>967</b>
12.1. Noções introdutórias.....	967
12.2. Ministério Público.....	967
12.2.1. Histórico.....	967
12.2.1.1. Origens remotas.....	967
12.2.1.2. Constituição de 1824.....	969
12.2.1.3. Constituição de 1891.....	969
12.2.1.4. Constituição de 1934.....	970
12.2.1.5. Constituição de 1937.....	971
12.2.1.6. Constituição de 1946.....	971
12.2.1.7. Constituição de 1967.....	972
12.2.1.8. Emenda Constitucional n. 1/69.....	973
12.2.1.9. Constituição de 1988.....	974
12.2.2. Definição e investidura (“quarentena de entrada”).....	974
12.2.3. Organização do Ministério Público na CF/88 — art. 128, I e II, e MP Eleitoral	976
12.2.3.1. Organização do Ministério Público da União e Estadual.....	976
12.2.3.2. MP Eleitoral.....	976
12.2.4. Chefe do Ministério Público.....	979
12.2.4.1. Procurador-Geral da República.....	979
12.2.4.2. Procurador-Geral de Justiça dos Estados e do Distrito Federal e Territórios.....	980
12.2.4.3. Procurador-Geral do Trabalho.....	981
12.2.4.4. Procurador-Geral da Justiça Militar.....	982
12.2.4.5. Procurador-Geral Eleitoral.....	982
12.2.4.6. Procurador Regional Eleitoral.....	983
12.2.4.7. Novas perspectivas em relação à nomeação do PGR.....	984
12.2.4.8. PGR e conflito negativo de atribuição entre órgãos do Ministério Público.....	984
12.2.5. Princípios institucionais.....	985
12.2.5.1. Regras gerais.....	985
12.2.5.2. O Ministério Público estadual pode postular autonomamente perante o STF, assim como apresentar sustentação oral, sem que se exija a ratificação pelo PGR?.....	985
12.2.6. Princípio do promotor natural.....	987
12.2.7. Garantias do Ministério Público.....	991
12.2.7.1. Garantias institucionais.....	991
12.2.7.2. Garantias dos membros do Ministério Público.....	992
12.2.7.3. Impedimentos imputados aos membros do Ministério Público (vedações).....	993
12.2.7.4. Abrangência das garantias e impedimentos.....	996
12.2.8. Funções institucionais do Ministério Público.....	996
12.2.9. A teoria dos “poderes implícitos” e o poder de investigação criminal pelo MP. A investigação criminal não é exclusividade da polícia (devendo ser observados alguns parâmetros).....	1000
12.2.10. Conselho Nacional do Ministério Público.....	1002
12.2.10.1. Regras gerais e composição.....	1002
12.2.10.2. Escolha dos membros do Ministério Público da União.....	1003

12.2.10.3.	Escolha dos 3 membros do Ministério Público dos Estados.....	1003
12.2.10.4.	A sabatina no Senado Federal e a falta de critérios para a indicação dos demais membros do Conselho que não os oriundos da carreira do Ministério Público .....	1003
12.2.10.5.	Esquematização gráfica sobre a indicação dos membros do CNMP	1005
12.2.10.6.	Corregedor Nacional.....	1005
12.2.10.7.	Atribuições do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP)	1006
12.2.10.8.	Pode o CNMP fixar novo teto remuneratório dos membros e servidores do Ministério Público diferente do estabelecido na CF/88?.....	1007
12.2.10.9.	O CNMP tem competência para realizar controle de constitucionalidade no exercício de suas atribuições? .....	1008
12.2.10.10.	Outras regras .....	1008
12.2.11.	Ministério Público junto ao Tribunal de Contas (art. 130).....	1009
12.3.	Advocacia pública.....	1011
12.3.1.	A distorção corrigida pela EC n. 19/98.....	1011
12.3.2.	Atribuições e prerrogativas dos ocupantes dos cargos das carreiras jurídicas da advocacia pública (regras gerais) .....	1012
12.3.3.	O advogado público pode exercer a advocacia fora das atribuições do respectivo cargo? .....	1013
12.3.4.	Assessoramento, amplitude vinculativa dos pareceres jurídicos e a responsabilização dos advogados públicos.....	1014
12.3.5.	<i>Contempt of Court</i> : a multa do art. 14, parágrafo único, do CPC/73 e os advogados públicos — ADI 2.652. CPC/2015 — avanço na linha da decisão do STF.....	1016
12.3.6.	Pareceres e Súmula da Advocacia-Geral da União.....	1018
12.3.7.	Advocacia-Geral da União.....	1018
12.3.7.1.	Regras gerais.....	1018
12.3.7.2.	Órgãos da Advocacia-Geral da União.....	1019
12.3.7.3.	Advogado-Geral da União.....	1020
12.3.7.4.	O caso particular do “direito de manifestação” do AGU no controle concentrado de constitucionalidade (art. 103, § 3.º).....	1021
12.3.7.5.	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.....	1024
12.3.7.6.	Procuradoria-Geral Federal.....	1025
12.3.7.7.	Procuradoria-Geral do Banco Central .....	1025
12.3.7.8.	A prerrogativa da intimação pessoal dos advogados públicos e a regra no CPC/2015.....	1025
12.3.7.9.	A obrigatoriedade de intimação pessoal dos ocupantes de cargo de Procurador Federal, prevista no art. 17 da Lei n. 10.910/2004, aplica-se ao rito dos Juizados Especiais Federais? .....	1026
12.3.7.10.	Advogados públicos no âmbito da Administração Federal gozam de 30 ou de 60 dias de férias?.....	1026
12.3.8.	Procuradoria-Geral dos Estados e do Distrito Federal.....	1028
12.3.8.1.	Estrutura unitária (unicidade da representação judicial e da consultoria jurídica dos Estados e do Distrito Federal) .....	1028
12.3.8.2.	Nomeação e destituição do Procurador-Geral pelo Governador ...	1030
12.3.8.3.	Garantias e impedimentos dos Procuradores do Estado e do DF..	1031
12.3.9.	Procuradoria-Geral dos Municípios .....	1032
12.3.10.	Advocacia pública e os honorários de sucumbência no CPC/2015 .....	1032
12.4.	Advocacia.....	1033
12.4.1.	A advocacia à luz da jurisprudência do STF .....	1035

12.4.1.1.	ADIs 1.105 e 1.127.....	1035
12.4.1.2.	ADIs 1.194, 2.522, 3.168 e 3.541.....	1043
12.4.1.3.	OAB — “serviço público independente”— ADI 3.026.....	1045
12.4.1.4.	Competência da Justiça Federal para processar e julgar as ações em que a OAB figure na relação processual (RE 595.332).....	1047
12.4.1.5.	Constitucionalidade do Exame de Ordem: vitória para os bacharéis em direito e conquista da sociedade (RE 603.583).....	1047
12.4.1.6.	Súmula Vinculante 5/STF x Súmula 343/STJ.....	1049
12.4.1.7.	Súmula Vinculante 47/2015.....	1050
12.5.	Defensoria Pública.....	1050
12.5.1.	“Ondas renovatórias”.....	1050
12.5.2.	Assistência jurídica integral e gratuita — aspectos gerais e evolução constitucional. Acesso à justiça como elemento instrumental de concretização do mínimo existencial (Barcellos).....	1051
12.5.3.	Regras gerais e abrangência da Defensoria Pública.....	1053
12.5.4.	O fortalecimento da Defensoria Pública pela EC n. 45/2004 (Reforma do Judiciário), bem como pelas ECs ns. 69/2012 e 74/2013: autonomia funcional, administrativa e financeira.....	1057
12.5.5.	Autonomia da Defensoria Pública da União — DPU. Constitucionalidade da EC n. 74/2013. A pretensão formulada na ADI 5.296 (10.04.2015) mostra-se totalmente infundada.....	1059
12.5.6.	As profundas alterações introduzidas pela EC n. 80/2014.....	1062
12.5.6.1.	Visão topológica.....	1062
12.5.6.2.	Instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado.....	1063
12.5.6.3.	Princípios institucionais da Defensoria Pública.....	1063
12.5.6.4.	Número de defensores públicos na unidade jurisdicional.....	1063
12.5.6.5.	O defensor público, uma vez nomeado e tendo tomado posse, tem o dever de continuar inscrito nos quadros da OAB?.....	1064
12.5.7.	A Defensoria Pública como cláusula pétrea.....	1067
12.5.8.	Princípio do defensor público natural.....	1068
12.5.9.	Garantias dos membros da Defensoria Pública.....	1070
12.5.10.	É possível o reconhecimento da garantia da vitaliciedade para os membros da Defensoria Pública?.....	1072
12.5.11.	A Defensoria Pública como “custos vulnerabilis” (Maurilio Casas Maia): origem histórica. Atuação da Defensoria Pública além das situações de vulnerabilidade meramente econômico-financeira. Perspectiva de contraponto à atuação do Ministério Público como fiscal da ordem jurídica. Paridade de armas entre acusação pública e defesa pública.....	1074
12.5.12.	Expressa previsão de notificação da Defensoria Pública da União nas hipóteses de retirada compulsória do migrante ou do visitante (Lei de Migração — Lei n. 13.445/2017).....	1081
12.5.13.	Algumas questões já decididas pela jurisprudência do STF e do STJ.....	1082
12.5.13.1.	A indispensabilidade do concurso público para ingresso na carreira.....	1082
12.5.13.2.	Servidor público processado, civil ou criminalmente, em razão de ato praticado no “exercício regular” de suas funções tem direito à “assistência judiciária” do Estado? Essa atribuição pode ser destinada à Defensoria Pública Estadual?.....	1083
12.5.13.3.	Prazo em dobro e intimação pessoal: prerrogativas da Defensoria Pública. A questão da regra do prazo em dobro para o processo penal. “Lei ainda constitucional”.....	1083

12.5.13.4. As prerrogativas do prazo em dobro e da intimação pessoal valem para Procuradores do Estado no exercício da assistência judiciária, como foi o caso de São Paulo?.....	1084
12.5.13.5. As prerrogativas do prazo em dobro e da intimação pessoal valem para os advogados dativos? .....	1085
12.5.13.6. As prerrogativas do prazo em dobro e intimação pessoal para a Defensoria Pública aplicam-se ao rito especial dos Juizados?.....	1086
12.5.13.7. Como ficou a prerrogativa do prazo em dobro e da intimação pessoal no CPC/2015? Houve previsão explícita para os escritórios de prática jurídica das faculdades de direito reconhecidas na forma da lei e para as entidades que prestam assistência jurídica gratuita em razão de convênios firmados com a Defensoria Pública? .....	1087
12.5.13.8. Defensor público pode exercer a advocacia fora de suas atribuições institucionais?.....	1088
12.5.13.9. Inconstitucionalidade progressiva — art. 68 do CPP — “lei ainda constitucional” .....	1089
12.5.13.10. A Defensoria Pública pode propor ação civil pública?.....	1089
12.5.13.11. O Defensor Público pode receber honorários advocatícios? Como ficou no CPC/2015? .....	1092
12.5.13.12. O Defensor Público tem poder de requisição?.....	1093
12.5.13.13. A Defensoria Pública Estadual e a Distrital podem atuar nos Tribunais Superiores? .....	1094
12.5.13.14. É constitucional a imposição por ato normativo da obrigatoriedade de convênio a ser firmado entre a Defensoria Pública e a OAB, para a prestação da assistência jurídica integral e gratuita?.....	1094
12.6. Material digital exclusivo.....	1095
<b>13. DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS.....</b>	<b>1097</b>
13.1. Sistema constitucional das crises.....	1097
13.1.1. Noções introdutórias.....	1097
13.1.2. Constitucionalismo brasileiro: quadro descritivo .....	1099
13.1.3. Controle judicial.....	1101
13.2. Estado de defesa (CF/88) .....	1103
13.2.1. Hipóteses de decretação do estado de defesa .....	1103
13.2.2. Procedimento e regras gerais.....	1104
13.2.3. Controle exercido sobre a decretação do estado de defesa ou sua prorrogação .....	1104
13.3. Estado de sítio (CF/88).....	1105
13.3.1. Hipóteses de decretação do estado de sítio.....	1105
13.3.2. Procedimento e abrangência.....	1106
13.3.3. Medidas coercitivas .....	1106
13.3.4. Controle exercido sobre a decretação do estado de sítio .....	1107
13.4. Disposições comuns aos estados de defesa e de sítio .....	1108
13.5. Quadro comparativo entre o estado de defesa e o estado de sítio (CF/88).....	1109
13.6. Forças Armadas.....	1112
13.6.1. Regras gerais.....	1112
13.6.2. Emprego das Forças Armadas para a Garantia da Lei e da Ordem (GLO) ...	1114
13.6.3. Acumulação de cargos de profissionais de saúde militares (EC n. 77/2014) ..	1117
13.6.4. <i>Habeas corpus</i> e punições disciplinares militares.....	1117
13.6.5. Serviço militar obrigatório .....	1118
13.6.6. Leis de iniciativa reservada ao Presidente da República (art. 61, § 1.º, I e II, “F”)	1118

13.6.7.	As praças prestadoras de serviço militar inicial podem receber abaixo do salário mínimo?.....	1119
13.6.8.	Editais de concurso podem estabelecer limite de idade para o ingresso nas Forças Armadas?.....	1120
13.6.9.	“Princípio da insignificância” e crimes militares: o caso concreto de posse de reduzida quantidade de substância entorpecente. Princípio da especialidade. Afastamento da Lei de Drogas .....	1121
13.6.10.	A criminalização da “pederastia” ainda se justifica no Código Penal Militar? (ADPF 291) .....	1123
13.6.11.	Criação do Ministério da Defesa pela EC n. 23/99 .....	1124
13.7.	Segurança Pública.....	1125
13.7.1.	Aspectos gerais .....	1125
13.7.2.	Cooperação entre a União e os Estados-Membros e o DF e a Força Nacional de Segurança Pública.....	1128
13.7.3.	BEPE — Batalhão Especial de Pronto Emprego.....	1129
13.7.4.	UPPs — Unidades de Polícia Pacificadora (RJ) .....	1129
13.7.5.	Polícias da União .....	1129
13.7.5.1.	Polícia Federal (PF).....	1130
13.7.5.2.	Polícia Rodoviária Federal (PRF) .....	1133
13.7.5.3.	Polícia Ferroviária Federal (PFF) .....	1133
13.7.6.	Polícias dos Estados.....	1134
13.7.6.1.	Polícia civil estadual.....	1134
13.7.6.2.	Nos Municípios em que o Departamento de Polícia Civil não contar com servidor de carreira para o desempenho das funções de delegado de polícia de carreira, o atendimento nas delegacias de polícia poderá ser realizado por subtenente ou sargento da polícia militar?.....	1134
13.7.6.3.	Polícia judiciária dos Estados — discussão sobre a escolha do diretor-geral da Polícia Civil. Superação do entendimento firmado na ADI 132? Reconstrução jurisdicional da própria teoria do federalismo (ADI 3.062). Análise da ADI 3.038 e da ADI 3.077 (resgate da tese firmada na ADI 132).....	1135
13.7.6.4.	Polícia ostensiva ou preventiva dos Estados — PM e Corpo de Bombeiros Militares .....	1137
13.7.7.	Polícias do Distrito Federal .....	1138
13.7.8.	Polícias dos Territórios .....	1140
13.7.9.	Policiais civis e militares: direito de greve (?) e anistia (?).....	1141
13.7.9.1.	Direito de greve?.....	1141
13.7.9.2.	Lei poderá conceder anistia a policiais civis ou militares (PM e Corpo de Bombeiros) em relação a eventuais crimes praticados e infrações disciplinares conexas decorrentes de participação em movimentos reivindicatórios?.....	1142
13.7.10.	Polícias dos Municípios .....	1146
13.7.11.	Segurança viária. Carreira dos agentes de trânsito. EC n. 82/2014 .....	1148
13.7.11.1.	Tramitação da EC n. 82/2014 .....	1148
13.7.11.2.	A segurança viária é questão de saúde pública .....	1149
13.7.11.3.	Tripé da segurança viária .....	1150
13.7.11.4.	Segurança viária: questão a ser tratada de forma indissociável da segurança pública.....	1150
13.7.11.5.	A carreira específica de agentes de trânsito.....	1151
13.8.	Material digital exclusivo.....	1153

<b>14. DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS .....</b>	<b>1155</b>
14.1. <b>Localização.....</b>	1155
14.2. <b>Evolução dos direitos fundamentais (“gerações” ou “dimensões” de direitos).....</b>	1155
14.2.1. <b>Direitos fundamentais da 1.<sup>a</sup> dimensão.....</b>	1156
14.2.2. <b>Direitos fundamentais da 2.<sup>a</sup> dimensão .....</b>	1157
14.2.3. <b>Direitos fundamentais da 3.<sup>a</sup> dimensão.....</b>	1157
14.2.4. <b>Direitos fundamentais da 4.<sup>a</sup> dimensão .....</b>	1158
14.2.5. <b>Direitos fundamentais da 5.<sup>a</sup> dimensão.....</b>	1159
14.3. <b>Diferenciação entre direitos e garantias fundamentais .....</b>	1159
14.4. <b>Características dos direitos e garantias fundamentais .....</b>	1160
14.5. <b>Abrangência dos direitos e garantias fundamentais .....</b>	1161
14.6. <b>A aplicabilidade das normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais .....</b>	1161
14.7. <b>A teoria dos quatro <i>status</i> de Jellinek .....</b>	1162
14.8. <b>Eficácia horizontal dos direitos fundamentais .....</b>	1163
14.8.1. <b>Aspectos gerais .....</b>	1163
14.8.2. <b>Teorias da eficácia indireta (mediata) ou direta (imediata).....</b>	1164
14.8.3. <b>Eficácia “irradiante” dos direitos fundamentais .....</b>	1165
14.8.4. <b>Alguns precedentes.....</b>	1165
14.8.5. <b>Brevíssima conclusão.....</b>	1166
14.9. <b>Deveres fundamentais.....</b>	1167
14.10. <b>Direitos individuais e coletivos.....</b>	1168
14.10.1. <b>Direito à vida (art. 5.<sup>o</sup>, <i>caput</i>).....</b>	1168
14.10.1.1. <b>Aspectos gerais.....</b>	1168
14.10.1.2. <b>Células-tronco embrionárias .....</b>	1170
14.10.1.3. <b>Interrupção da gravidez nos casos de gestação de feto anencéfalo .....</b>	1172
14.10.1.4. <b>Interrupção voluntária da gestação no primeiro trimestre (STF, 1.<sup>a</sup> T., HC 124.306).....</b>	1173
14.10.1.5. <b>Distanásia, eutanásia, suicídio assistido e ortotanásia .....</b>	1176
14.10.2. <b>Princípio da igualdade (art. 5.<sup>o</sup>, <i>caput</i>, I) .....</b>	1178
14.10.2.1. <b>Aspectos gerais.....</b>	1178
14.10.2.2. <b>“Separate but equal” e “Treatment as an equal” (Brown v. Board of Education).....</b>	1180
14.10.2.3. <b>Ações afirmativas — três importantes precedentes da Suprema Corte .....</b>	1181
14.10.2.4. <b>Ações afirmativas — indicação de Ministros para o STF.....</b>	1184
14.10.2.5. <b>Congeneridade.....</b>	1185
14.10.2.6. <b>Foro da residência da mulher no CPC/73. Nova regra trazida pelo CPC/2015 (foro de domicílio do guardião de filho incapaz).....</b>	1187
14.10.2.7. <b>Art. 384 da CLT: obrigatoriedade de intervalo de 15 minutos para as mulheres antes de hora extra. Revogação expressa pela Lei n. 13.467/2017 (Reforma Trabalhista).....</b>	1187
14.10.3. <b>Princípio da legalidade (art. 5.<sup>o</sup>, II).....</b>	1188
14.10.4. <b>Proibição da tortura (art. 5.<sup>o</sup>, III).....</b>	1188
14.10.4.1. <b>Algemas.....</b>	1189
14.10.4.2. <b>Lei da Anistia.....</b>	1191
14.10.5. <b>Liberdade da manifestação de pensamento (art. 5.<sup>o</sup>, IV e V) .....</b>	1191
14.10.5.1. <b>Liberdade de expressão e a problemática do “hate speech”. “Posição de preferência” da liberdade de expressão: Interessante exemplo no âmbito da rede mundial de computadores (“marco civil da internet” — Lei n. 12.965/2014).....</b>	1192

14.10.5.2. Ainda a problemática do “hate speech” (discursos de incitação ao ódio). Liberdade de expressão e a prática do crime de racismo: precedente histórico na jurisprudência do STF — HC 82.424. A liberdade de expressão não é um direito fundamental absoluto .....	1195
14.10.5.3. Delação anônima .....	1197
14.10.5.4. “Marcha da maconha” .....	1197
14.10.5.5. Liberdade de manifestação do pensamento e de expressão, pigmentações de caráter permanente (tatuagem) e o concurso público ....	1199
14.10.6. Liberdade de consciência, crença e culto (art. 5.º, VI a VIII) .....	1199
14.10.6.1. Regras gerais .....	1199
14.10.6.2. Ensino religioso nas escolas .....	1201
14.10.6.3. Feriados religiosos .....	1203
14.10.6.4. Casamento perante autoridades religiosas .....	1203
14.10.6.5. Transfusão de sangue nas Testemunhas de Jeová .....	1204
14.10.6.6. Curandeirismo .....	1206
14.10.6.7. Crucifixos em repartições públicas .....	1206
14.10.6.8. Imunidade religiosa .....	1207
14.10.6.9. Guarda sabática .....	1208
14.10.6.10. A expressão “Deus seja louvado” nas cédulas de real .....	1209
14.10.6.11. Aspectos conclusivos .....	1209
14.10.7. Liberdade de atividade intelectual, artística, científica ou de comunicação. Indenização em caso de dano (art. 5.º, IX e X) .....	1209
14.10.8. Inviolabilidade da intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas (art. 5.º, X) .....	1211
14.10.8.1. Sigilo bancário .....	1211
14.10.8.2. Proibição da revista íntima (Lei n. 13.271/2016) .....	1213
14.10.8.3. Gravação clandestina x interceptação telefônica: análise à luz de alguns aspectos trazidos pela Lei n. 13.432/2017 (detetive particular) ....	1215
14.10.9. Inviolabilidade domiciliar (art. 5.º, XI) .....	1216
14.10.9.1. Regras constitucionais .....	1216
14.10.9.2. O caso específico da “Lei do Mosquito” .....	1218
14.10.10. Sigilo de correspondência e comunicações (art. 5.º, XII) .....	1219
14.10.11. Liberdade de profissão (art. 5.º, XIII) .....	1221
14.10.12. Liberdade de informação (art. 5.º, XIV e XXXIII) .....	1222
14.10.13. Liberdade de locomoção (art. 5.º, XV e LXI) .....	1224
14.10.14. Direito de reunião (art. 5.º, XVI) .....	1224
14.10.15. Direito de associação (art. 5.º, XVII, XVIII, XIX, XX e XXI) .....	1226
14.10.16. Direito de propriedade (art. 5.º, XXII, XXIII, XXIV, XXV e XXVI) .....	1227
14.10.17. Direito de herança e estatuto sucessório (art. 5.º, XXX e XXXI) .....	1229
14.10.18. Propriedade intelectual (art. 5.º, XXVII, XXVIII e XXIX) .....	1230
14.10.19. Defesa do consumidor (art. 5.º, XXXII) .....	1231
14.10.20. Direito de petição e obtenção de certidões (art. 5.º, XXXIV) .....	1233
14.10.21. Princípio da inafastabilidade da jurisdição (art. 5.º, XXXV) .....	1235
14.10.22. Limites à retroatividade da lei (art. 5.º, XXXVI) .....	1238
14.10.23. Princípio do promotor natural (art. 5.º, LIII) .....	1240
14.10.24. Princípio do juiz natural ou legal (art. 5.º, XXXVII e LIII) .....	1241
14.10.25. Tribunal Penal Internacional — “TPI” (art. 5.º, § 4.º — EC n. 45/2004) .....	1243
14.10.26. Federalização dos crimes contra direitos humanos (art. 109, V-A e § 5.º — EC n. 45/2004) — Incidente de deslocamento de competência — IDC .....	1245

14.10.27. Tribunal do Júri (art. 5.º, XXXVIII).....	1249
14.10.28. Segurança jurídica em matéria criminal (art. 5.º, XXXIX a LXVII) e a teoria dos mandados expressos de criminalização à luz dos direitos fundamentais .	1250
14.10.28.1. Legalidade e anterioridade da lei penal incriminadora. Irretroatividade da lei penal “in pejus” (art. 5.º, XXXIX e XL) .....	1251
14.10.28.2. Práticas discriminatórias, crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia e crimes inafiançáveis e imprescritíveis (art. 5.º, XLI a XLIV) .....	1254
14.10.28.3. Regras constitucionais sobre as penas (art. 5.º, XLV a XLVIII) .....	1256
14.10.28.4. Direitos assegurados aos presos (art. 5.º, XLIX, L, LXII, LXIII e LXIV) .....	1257
14.10.28.5. Regras sobre extradição (art. 5.º, LI e LII).....	1259
14.10.28.6. Presunção de inocência (não culpabilidade) (art. 5.º, LVII). Análise da execução provisória de acórdão penal condenatório proferido em grau recursal, ainda que sujeito a recurso especial ou extraordinário.....	1259
14.10.28.7. Regras sobre a prisão (art. 5.º, LXI, LXV, LXVI, LXVII).....	1265
14.10.28.8. Audiências de custódia ou de apresentação .....	1266
14.10.28.9. Identificação criminal (art. 5.º, LVIII) .....	1267
14.10.28.10. Ação penal privada subsidiária da pública (art. 5.º, LIX).....	1268
14.10.29. Devido processo legal, contraditório e ampla defesa (art. 5.º, LIV e LV) .....	1268
14.10.29.1. Aspectos gerais .....	1268
14.10.29.2. Interrogatório por videoconferência (on-line).....	1270
14.10.29.3. A investigação criminal defensiva e as perspectivas trazidas pela Lei n. 13.432/2017 à luz do contraditório e da ampla defesa.....	1271
14.10.29.4. Transferência e inclusão de presos em estabelecimentos penais federais de segurança máxima .....	1272
14.10.29.5. Art. 98 do antigo Regimento Interno do CNJ: necessidade de intimação pessoal de terceiros que demonstrem interesse jurídico nos procedimentos de controle administrativo (PCAs). Correção no novo RI .....	1273
14.10.30. Devido processo legal substantivo ou material (arts. 5.º, LV, e 3.º, I) .....	1273
14.10.31. Provas ilícitas (art. 5.º, LVI).....	1274
14.10.32. Publicidade dos atos processuais e dever de motivação das decisões judiciais (arts. 5.º, LX, e 93, IX). Perspectivas do CPC/2015 .....	1275
14.10.33. Assistência jurídica integral e gratuita (art. 5.º, LXXIV).....	1276
14.10.34. Erro judiciário (art. 5.º, LXXV).....	1277
14.10.35. Gratuidade das certidões de nascimento e de óbito (art. 5.º, LXXVI).....	1278
14.10.36. Gratuidade nas ações de <i>habeas corpus</i> e <i>habeas data</i> (art. 5.º, LXXVII)...	1280
14.10.37. Celeridade processual (art. 5.º, LXXVIII).....	1280
14.10.37.1. Aspectos gerais .....	1280
14.10.37.2. Celeridade do processo e crimes praticados contra os idosos.....	1283
14.11. Remédios constitucionais .....	1283
14.11.1. Os remédios constitucionais nas Constituições brasileiras — quadro esquemmatizado .....	1283
14.11.2. <i>Habeas corpus</i> (art. 5.º, LXVIII).....	1284
14.11.2.1. Regras gerais.....	1284
14.11.2.2. Esquemática da evolução histórica do “HC” no constitucionalismo brasileiro .....	1285
14.11.2.3. Competência .....	1286
14.11.2.4. Espécies .....	1287
14.11.2.5. Punições disciplinares militares.....	1288

14.11.2.6.	“Habeas corpus” impetrado em face de ato da “Turma Recursal” — competência do TJ — superada a S. 690/STF.....	1288
14.11.2.7.	“Habeas corpus” e trancamento do processo de “impeachment”?.....	1288
14.11.2.8.	“Habeas corpus” coletivo: perspectivas lançadas a partir do julgamento do HC 143.641 (20.02.2018).....	1288
14.11.3.	Mandado de segurança (art. 5.º, LXIX).....	1294
14.11.3.1.	Introdução.....	1294
14.11.3.2.	Esquematização da evolução histórica do “MS” no constitucionalismo brasileiro.....	1295
14.11.3.3.	Abrangência.....	1295
14.11.3.4.	Direito líquido e certo.....	1296
14.11.3.5.	Ilegalidade ou abuso de poder.....	1296
14.11.3.6.	Legitimidade ativa e passiva.....	1296
14.11.3.7.	Competência.....	1297
14.11.3.8.	Algumas outras observações.....	1297
14.11.4.	Mandado de segurança coletivo (art. 5.º, LXX).....	1298
14.11.4.1.	Regras gerais.....	1298
14.11.4.2.	Objeto, legitimidade ativa e objetivos.....	1298
14.11.5.	Mandado de injunção (art. 5.º, LXXI).....	1301
14.11.5.1.	Aspectos gerais.....	1301
14.11.5.2.	Omissão total ou parcial.....	1302
14.11.5.3.	Legitimidade ativa.....	1303
14.11.5.4.	Legitimidade passiva.....	1304
14.11.5.5.	Competência.....	1304
14.11.5.6.	Procedimento.....	1305
14.11.5.7.	Efeitos da decisão.....	1306
14.11.5.8.	Especificidades do MI coletivo.....	1310
14.11.6.	Habeas data (art. 5.º, LXXII).....	1310
14.11.6.1.	Aspectos gerais.....	1310
14.11.6.2.	Legitimidade ativa e passiva.....	1311
14.11.6.3.	Procedimento.....	1311
14.11.6.4.	Competência.....	1312
14.11.7.	Ação popular (art. 5.º, LXXIII).....	1312
14.11.7.1.	Aspectos gerais.....	1312
14.11.7.2.	Esquematização da evolução histórica da “ação popular” no constitucionalismo brasileiro.....	1313
14.11.7.3.	Requisitos.....	1314
14.11.7.4.	Legitimidade ativa e passiva.....	1314
14.11.7.5.	Competência.....	1315
14.11.7.6.	Outras regras.....	1318
14.12.	Material digital exclusivo.....	1318
<b>15.</b>	<b>DIREITOS SOCIAIS.....</b>	<b>1319</b>
15.1.	Aspectos gerais.....	1319
15.2.	Breves comentários aos direitos sociais.....	1320
15.2.1.	Direito à educação.....	1320
15.2.2.	Direito à saúde.....	1321
15.2.3.	Direito à alimentação.....	1321
15.2.4.	Direito ao trabalho.....	1322
15.2.5.	Direito à moradia.....	1322

15.2.6.	Direito ao transporte .....	1323
15.2.7.	Direito ao lazer.....	1323
15.2.8.	Direito à segurança .....	1324
15.2.9.	Direito à previdência social .....	1324
15.2.10.	Proteção à maternidade e à infância.....	1324
15.2.10.1.	Regras gerais.....	1324
15.2.10.2.	Licença adotante x licença gestante .....	1326
15.2.11.	Assistência aos desamparados .....	1327
15.3.	“PEC da felicidade” — PEC n. 513/2010-CD e PEC n. 19/2010-SF .....	1327
15.4.	Direitos relativos aos trabalhadores.....	1329
15.4.1.	Direitos sociais individuais dos trabalhadores .....	1329
15.4.2.	Direitos sociais coletivos dos trabalhadores (arts. 8.º a 11).....	1335
15.4.2.1.	Direito de associação profissional ou sindical .....	1335
15.4.2.2.	Direito de greve .....	1336
15.4.2.3.	Direito de substituição processual.....	1338
15.4.2.4.	Direito de participação .....	1339
15.4.2.5.	Direito de representação classista.....	1339
15.5.	“Metodologia <i>fuzzy</i> ” e “camaleões normativos” na problemática dos direitos sociais, culturais e econômicos (Canotilho).....	1339
15.5.1.	Princípio do não retrocesso social ou da proibição da evolução reacionária. Interpretação a ser dada à EC n. 86/2015 (fruto da “PEC do Orçamento Impositivo”) e perspectivas lançadas pela EC n. 95/2016.....	1340
15.5.2.	Mínimo existencial: concretização dos direitos sociais e a implementação de políticas públicas.....	1342
15.6.	Material digital exclusivo.....	1346
<b>16.</b>	<b>NACIONALIDADE .....</b>	<b>1347</b>
16.1.	Conceito .....	1347
16.1.1.	Definições correlatas .....	1347
16.2.	Espécies de nacionalidade e critérios para a sua aquisição .....	1348
16.3.	Brasileiro nato.....	1349
16.4.	Brasileiro naturalizado .....	1351
16.4.1.	Noções introdutórias: procedimento .....	1351
16.4.2.	Naturalização ordinária constitucional em relação aos originários de países de língua portuguesa.....	1352
16.4.3.	Naturalização ordinária legal .....	1352
16.4.4.	Naturalização especial.....	1353
16.4.5.	Naturalização provisória.....	1353
16.4.6.	Naturalização extraordinária ou quinzenária.....	1353
16.4.7.	Conclusão de curso superior: ainda subsiste com a revogação do Estatuto dos Estrangeiros? .....	1354
16.5.	Quase nacionalidade — portugueses — art. 12, § 1.º — reciprocidade .....	1354
16.6.	A lei poderá estabelecer distinções entre brasileiros natos e naturalizados?.....	1355
16.6.1.	Regra geral.....	1355
16.6.2.	Hipóteses taxativas de exceção à regra geral.....	1355
16.6.2.1.	Extradição.....	1355
16.6.2.2.	Cargos privativos de brasileiros natos.....	1366
16.6.2.3.	Atividade nociva ao interesse nacional .....	1367
16.6.2.4.	Conselho da República .....	1367

16.6.2.5. Propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens .....	1367
16.7. Medidas de retirada compulsória: repatriação, deportação e expulsão .....	1368
16.7.1. Repatriação .....	1368
16.7.2. Deportação .....	1369
16.7.3. Expulsão .....	1369
16.7.4. Banimento: existe expulsão ou banimento de brasileiros? .....	1372
16.8. Asilo político e refúgio (direito de permanecer no Brasil) .....	1372
16.9. Perda da nacionalidade .....	1374
16.9.1. Hipóteses de perda da nacionalidade .....	1374
16.9.1.1. Cancelamento da naturalização .....	1374
16.9.1.2. Aquisição de outra nacionalidade .....	1375
16.10. Reaquisição da nacionalidade brasileira perdida .....	1377
16.11. Material digital exclusivo .....	1378
<b>17. DIREITOS POLÍTICOS .....</b>	<b>1379</b>
17.1. Noções introdutórias .....	1379
17.1.1. Democracia semidireta ou participativa .....	1379
17.1.2. Plebiscito <i>versus</i> referendo: experiências na história brasileira .....	1380
17.1.2.1. Referendo para manutenção ou não do regime parlamentarista (1963) .....	1381
17.1.2.2. Plebiscito para a escolha entre a forma (república ou monarquia constitucional) e sistema de governo (presidencialismo ou parlamentarismo) (1993) .....	1381
17.1.2.3. Referendo para a manifestação do eleitorado sobre a manutenção ou rejeição da proibição da comercialização de armas de fogo e munição em todo o território nacional (2005) .....	1381
17.1.2.4. Referendo no Estado do Acre para decidir sobre o fuso horário (2010) .....	1382
17.1.2.5. Plebiscitos no Estado do Pará para decidir sobre a formação dos Estados do Carajás e do Tapajós (2011) .....	1383
17.1.3. O resultado do plebiscito ou do referendo pode ser modificado por lei ou emenda à Constituição? .....	1383
17.1.4. Quadro comparativo: plebiscito <i>versus</i> referendo .....	1384
17.1.5. Outros institutos de democracia semidireta ou participativa: <i>recall</i> e veto popular .....	1384
17.1.6. Democracia contemporânea: novas perspectivas (Luís Roberto Barroso) .....	1385
17.2. Soberania popular, nacionalidade, cidadania, sufrágio, voto e escrutínio .....	1386
17.3. Direito político positivo (direito de sufrágio) .....	1387
17.3.1. Capacidade eleitoral ativa .....	1387
17.3.2. Capacidade eleitoral passiva .....	1389
17.3.2.1. Condições de elegibilidade .....	1390
17.4. Direitos políticos negativos .....	1390
17.4.1. Inelegibilidades .....	1390
17.4.1.1. Inelegibilidades absolutas .....	1391
17.4.1.2. Inelegibilidades relativas .....	1391
17.4.2. Candidatos com “ficha suja”: inelegibilidade? .....	1398
17.4.3. Privação dos direitos políticos — perda e suspensão .....	1402
17.4.3.1. Perda dos direitos políticos (arts. 15, I e IV, e 12, § 4.º, II, da CF/88) .....	1402

17.4.3.2. Suspensão dos direitos políticos (arts. 15, II, III e V, e 55, II, e § 1.º, da CF/88; art. 17.3 do Dec. n. 3.927/2001 c/c o art. 1.º, I, “b”, da LC n. 64/90).....	1403
17.4.4. Reaquisição dos direitos políticos perdidos ou suspensos.....	1404
17.5. Servidor público e exercício do mandato eletivo.....	1405
17.6. Material digital exclusivo.....	1405
<b>18. PARTIDOS POLÍTICOS E O FINANCIAMENTO DAS CAMPANHAS ELEITORAIS.....</b>	<b>1407</b>
18.1. Conceito.....	1407
18.2. Regras constitucionais.....	1407
18.3. Fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão — direito de antena (EC n. 97/2017).....	1409
18.4. Coligações partidárias: evolução jurisprudencial e reformas constitucionais (ECS ns. 52/2006 e 97/2017).....	1410
18.4.1. Regras gerais.....	1410
18.4.2. Primeiro momento — a consagração da regra da verticalização das coligações partidárias pelo TSE.....	1411
18.4.3. Ataques à regra da verticalização das coligações partidárias fixada pelo TSE e o destaque para o art. 16, CF/88 (cláusula constitucional da anualidade) ...	1413
18.4.4. Ataques à regra da EC n. 52/2006, que expressamente acabou com a obrigatoriedade da verticalização das coligações partidárias. Mantida a verticalização para as eleições de 2006 (anualidade eleitoral — art. 16 da CF). A EC n. 52/2006 entrou em vigor na data de sua publicação, mas somente pôde ser aplicada às eleições que ocorreram até um ano da data de sua vigência .....	1415
18.4.5. EC n. 97/2017: alteração da Constituição Federal para se vedar as coligações partidárias nas eleições proporcionais, admitindo-as apenas, como faculdade, para as eleições majoritárias.....	1417
18.5. Fidelidade partidária.....	1418
18.5.1. Sistema proporcional.....	1419
18.5.2. Sistema majoritário.....	1420
18.5.3. Resolução do TSE x Minirreforma Eleitoral (Lei n. 13.165/2015). Aspectos sobre a justa causa para desfiliação partidária e o caso específico do sistema majoritário.....	1420
18.5.4. EC n. 91/2016 (“Janela Partidária Constitucional”) e Minirreforma Eleitoral (“Janela Partidária Legal”).....	1422
18.5.5. EC n. 97/2017 (nova “Janela Partidária Constitucional”).....	1423
18.6. A vaga decorrente do licenciamento de titulares de mandato parlamentar deve ser ocupada pelos suplentes das coligações ou dos partidos?.....	1423
18.7. Financiamento das campanhas eleitorais — ADI 4.650, ADI 5.394 (aspectos da Minirreforma Eleitoral de 2015 — Lei n. 13.165) e ADI 5.494 (perspectivas a partir da Minirreforma Eleitoral de 2017 — Lei n. 13.488).....	1425
18.8. Material digital exclusivo.....	1427
<b>19. ORDEM SOCIAL.....</b>	<b>1429</b>
19.1. Aspectos gerais.....	1429
19.1.1. Valores da ordem social: base e objetivo.....	1429
19.1.2. Conteúdo da ordem social.....	1429
19.2. Seguridade social.....	1430
19.2.1. Princípios orientadores da organização da seguridade social.....	1431

19.2.2.	Financiamento da seguridade social.....	1431
19.2.3.	Competência discriminada (lei ordinária) e competência residual (lei complementar).....	1432
19.2.4.	Inconstitucionalidade do art. 3.º, § 1.º, da Lei n. 9.718/98 (PIS/PASEP e COFINS). EC n. 20/98 — impossibilidade do fenômeno da “constitucionalidade superveniente” .....	1433
19.2.5.	Cobrança da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) para sociedades civis de profissões regulamentadas .....	1434
19.2.5.1.	Inexistência de hierarquia entre LC e LO .....	1434
19.2.5.2.	A questão da modulação dos efeitos da decisão pelo STF.....	1436
19.3.	Educação.....	1437
19.3.1.	Aspectos gerais — FUNDEB — EC n. 53/2006.....	1437
19.3.2.	Quadro esquematizado da educação escolar .....	1438
19.3.3.	Regras gerais do fundo .....	1439
19.3.4.	Fim (progressivo) da DRU para a educação e as ECs ns. 59/2009, 68/2011 e 93/2016 .....	1441
19.4.	Cultura .....	1443
19.4.1.	Plano Nacional de Cultura (EC n. 48/2005).....	1443
19.4.2.	Sistema Nacional de Cultura (EC n. 71/2012).....	1444
19.5.	Desporto.....	1445
19.5.1.	Desporto em sentido amplo .....	1445
19.5.2.	Modalidades de desporto .....	1446
19.5.3.	Papel do Estado e das entidades dirigentes e associações na promoção do desporto.....	1447
19.5.4.	Destinação dos recursos públicos para o desporto .....	1447
19.5.5.	Manifestações desportivas de “criação nacional” .....	1447
19.5.6.	Justiça Desportiva .....	1448
19.5.6.1.	Regras gerais, natureza jurídica e composição .....	1448
19.5.6.2.	Instância administrativa de curso forçado: exceção ao princípio do acesso incondicionado ao Poder Judiciário. Necessidade de esgotamento das vias administrativas .....	1448
19.5.6.3.	Questões trabalhistas: competência da Justiça do Trabalho .....	1449
19.5.6.4.	Vedação do exercício de funções na Justiça Desportiva por integrantes do Poder Judiciário.....	1450
19.5.7.	Bingos.....	1450
19.6.	Ciência, tecnologia e inovação (EC n. 85/2015).....	1451
19.6.1.	Perspectivas introduzidas pela EC n. 85/2015 .....	1451
19.6.2.	O papel do Estado .....	1451
19.6.3.	Modalidades de pesquisa e o tratamento prioritário do Estado .....	1452
19.6.4.	Apoio e incentivo do Estado .....	1452
19.6.5.	Estado Social de Direito: concepção social do mercado.....	1453
19.6.6.	O destaque para a biotecnologia .....	1454
19.7.	Comunicação social .....	1454
19.7.1.	Princípios orientadores da comunicação social.....	1455
19.7.2.	Princípios a orientar a produção e a programação das emissoras de rádio e TV.....	1458
19.7.3.	Propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens .....	1458

19.7.4.	Serviços de radiodifusão sonora (rádio) e de sons e imagens (TV) .....	1460
19.7.4.1.	Diferenciação entre os serviços de telecomunicação e de radiodifusão (EC n. 8/95) .....	1460
19.7.4.2.	Concessão, permissão e autorização .....	1461
19.7.4.3.	Prazo da concessão ou permissão e da autorização .....	1462
19.7.4.4.	Outorga e renovação (da concessão ou permissão e da autorização) .....	1462
19.7.4.5.	Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre (SBTVD-T): consignação de mais um canal de radiofrequência às concessionárias e “autorizadas” dos serviços públicos de radiodifusão de sons e imagens, sem apreciação do Congresso Nacional .....	1463
19.7.5.	Conselho de Comunicação Social: órgão auxiliar do CN .....	1464
19.7.6.	Direito de antena e a EC n. 97/2017 .....	1465
19.7.7.	Lei de Imprensa — ADPF 130 .....	1465
19.7.8.	“Lei Eleitoral sobre o Humor” e a problemática das “fake news” .....	1466
19.8.	Meio ambiente .....	1467
19.8.1.	Conceito de meio ambiente .....	1467
19.8.2.	Aspectos do meio ambiente .....	1467
19.8.3.	Direitos humanos, direito ao desenvolvimento e direito a um meio ambiente sadio e ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações .....	1468
19.8.3.1.	A problemática .....	1468
19.8.3.2.	Sustentabilidade: solução para a problemática .....	1469
19.8.4.	A proteção ambiental no constitucionalismo brasileiro .....	1470
19.8.5.	Natureza jurídica do meio ambiente e a justiça distributiva entre as presentes e futuras gerações .....	1472
19.8.6.	Incumbência do Poder Público .....	1472
19.8.7.	Crueldade contra animais? .....	1473
19.8.7.1.	Farra do boi .....	1474
19.8.7.2.	Rinhas ou brigas de galo .....	1474
19.8.7.3.	Rodeios de animais .....	1475
19.8.7.4.	O julgamento específico da vaquejada — ADI 4.983 (j. 06.10.2016) e a EC n. 96/2017 .....	1476
19.8.7.5.	Animais em circo .....	1478
19.8.8.	Importação de pneus usados — ADPF 101 .....	1480
19.8.9.	Exploração de recursos minerais .....	1480
19.8.10.	Responsabilidade por danos ambientais .....	1480
19.8.11.	Ecossistemas especialmente protegidos e erigidos à categoria de patrimônio nacional .....	1482
19.8.12.	Os “Soldados da Borracha” e a EC n. 78/2014 .....	1482
19.8.13.	Terras devolutas .....	1483
19.8.13.1.	Classificação dos bens públicos: as terras devolutas enquanto bens dominiais .....	1483
19.8.13.2.	Titularidade .....	1484
19.8.13.3.	Terras devolutas ou arrecadadas pelo Estado necessárias à prote- ção dos ecossistemas naturais — indisponibilidade .....	1485
19.8.14.	Localização das usinas nucleares: necessidade de lei federal .....	1485
19.9.	Família, criança, adolescente, jovem e idoso .....	1485
19.9.1.	Família: conceito de entidade familiar .....	1485
19.9.2.	União homoafetiva (união estável entre pessoas do mesmo sexo) .....	1487

19.9.3.	Transexualidade: transgêneros e o direito de alteração no registro civil .....	1488
19.9.4.	A união estável pode ser reconhecida em relação a uma menor de 14 anos estuprada que veio a se casar com o agressor, para efeitos de extinção de punibilidade quando era admitida (antes da revogação do art. 107, VII, do CP)? .....	1493
19.9.5.	Família: assistência e proteção contra a violência doméstica. As particularidades da denominada Lei Maria da Penha (ADC 19 e ADI 4.424).....	1494
19.9.5.1.	Lei Maria da Penha: instrumento de proteção efetiva dos direitos fundamentais.....	1496
19.9.5.2.	Não aplicação da Lei n. 9.099/95 (Juizados Especiais Cíveis e Criminais) .....	1496
19.9.5.3.	Constitucionalidade das regras até que sejam estruturados os “Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher” .....	1496
19.9.5.4.	Crime de lesão corporal praticado mediante violência doméstica e familiar contra a mulher: ação penal pública incondicionada.....	1497
19.9.6.	Casamento: regras gerais; gratuidade da celebração; efeito civil; liberdade de crença (centro espírita, candomblé, umbanda etc.).....	1498
19.9.7.	Divórcio: forma de dissolução do casamento civil à luz da EC n. 66/2010 e do CPC/2015 .....	1499
19.9.8.	Liberdade para o planejamento familiar: dignidade da pessoa humana e paternidade responsável.....	1501
19.9.9.	Criança, adolescente e jovem (EC n. 65/2010) .....	1502
19.9.10.	Criança, adolescente e jovem: proteção especial. Avanços trazidos pelo Estatuto da Primeira Infância (Lei n. 13.257/2016).....	1505
19.9.11.	Alienação parental .....	1507
19.9.12.	Adoção .....	1507
19.9.12.1.	Regras gerais sobre adoção.....	1507
19.9.12.2.	Abertura da sucessão antes do advento da Constituição Federal de 1988. Inaplicabilidade do art. 227, § 6.º. Posição do STF na AR 1.811 .....	1508
19.9.12.3.	Adoção internacional.....	1509
19.9.12.4.	Adoção por casal homoafetivo ou transexual .....	1509
19.9.13.	Direito de ação de investigação de paternidade: a problemática da submissão coercitiva ao exame de DNA .....	1510
19.9.14.	Portadores de deficiência .....	1512
19.9.14.1.	Proteção constitucional.....	1512
19.9.14.2.	Convenções internacionais sobre direitos humanos com “status” constitucional .....	1513
19.9.14.3.	Outras proteções infraconstitucionais.....	1515
19.9.15.	Inimputabilidade penal .....	1516
19.9.16.	Dever de reciprocidade entre pais e filhos .....	1517
19.9.17.	Idosos .....	1517
19.9.17.1.	Princípios da solidariedade e proteção à luz da “reserva do possível” .....	1517
19.9.17.2.	Idoso e transporte público: “constitucionalismo fraternal” ou “altruístico” — “ações distributivistas e solidárias” — “direito fraternal”. .....	1518
19.9.17.3.	Celeridade do processo e crimes praticados contra os idosos.....	1518
19.9.17.4.	Estelionato contra idoso.....	1518
19.10.	Índios.....	1519
19.10.1.	Os índios no constitucionalismo brasileiro.....	1519
19.10.2.	Proteção das “minorias nacionais” e a importância da “terra” .....	1519

19.10.3. Terras tradicionalmente ocupadas pelos índios .....	1521
19.10.3.1. Bens da União. Terras destinadas à posse permanente dos índios: bens públicos de uso especial .....	1521
19.10.3.2. Conceito .....	1522
19.10.3.3. Nulidade e extinção dos atos que atentem contra as “terras tradi- cionalmente ocupadas pelos índios” .....	1522
19.10.4. Indigenato: fonte para o direito dos índios sobre as suas terras .....	1523
19.10.5. Usufruto exclusivo dos índios e a mineração em terras indígenas .....	1524
19.10.6. Regras constitucionais para a remoção dos grupos indígenas.....	1524
19.10.7. Demarcação das terras indígenas .....	1525
19.10.7.1. Aspectos gerais .....	1525
19.10.7.2. Raposa Serra do Sol.....	1526
19.10.8. Defesa judicial dos direitos e interesses dos índios.....	1529
19.10.8.1. Legitimidade ativa: índios, comunidades, organizações e o MP (Federal ou Estadual).....	1529
19.10.8.2. Competência: Justiça Federal x Justiça Estadual .....	1530
19.10.9. Educação nas comunidades indígenas .....	1531
19.10.10. Infanticídio indígena .....	1532
19.11. Material digital exclusivo.....	1533
<b>20. ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA.....</b>	<b>1535</b>
20.1. Princípios gerais da atividade econômica .....	1535
20.1.1. Evolução do Estado e a Ordem Econômica .....	1535
20.1.2. Separação da Ordem Econômica e da Ordem Social.....	1536
20.1.3. Meios de atuação do Estado.....	1537
20.1.4. Princípios da Ordem Econômica .....	1537
20.1.4.1. Soberania nacional .....	1537
20.1.4.2. Propriedade privada e sua função social.....	1538
20.1.4.3. Livre concorrência.....	1538
20.1.4.4. Defesa do consumidor .....	1539
20.1.4.5. Defesa do meio ambiente.....	1539
20.1.4.6. Redução das desigualdades regionais e sociais.....	1540
20.1.4.7. Busca do pleno emprego .....	1540
20.1.4.8. Tratamento favorecido para empresas de pequeno porte .....	1540
20.2. Monopólio dos correios .....	1540
20.3. Quebra do monopólio da União sobre a comercialização e a utilização de radioisó- topos para a pesquisa e usos médicos, agrícolas e industriais, bem como sobre a produção, comercialização e utilização de radioisótopos de meia-vida curta (EC n. 49/2006) .....	1543
20.4. Sistema financeiro nacional.....	1545
20.5. Material digital exclusivo.....	1546
<b>21. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS.....</b>	<b>1547</b>
21.1. Justificativas iniciais.....	1547
21.2. República .....	1547
21.3. Federação .....	1548
21.4. Estado democrático de direito .....	1548
21.4.1. Aspectos gerais .....	1548

21.4.2. A Lei da Anistia, a ADPF 153 e a decisão da “Corte Interamericana de Direitos Humanos” (ADPF 320).....	1549
21.5. Separação de “poderes” .....	1550
21.6. Fundamentos da República Federativa do Brasil .....	1551
21.7. Objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.....	1552
21.8. Princípios que regem a República Federativa do Brasil nas relações internacionais ..	1552
21.8.1. Art. 4.º, CF/88 .....	1552
21.8.2. MERCOSUL.....	1553
21.8.3. MERCOSUL — evolução do Sistema de Solução de Controvérsias. Tribunal Permanente de Revisão (TPR).....	1555
21.9. Material digital exclusivo.....	1556
<i>Referências</i> .....	1557